

O DISTRICTO DE AVEIRO



PUBLICA-SE A'S TERÇAS E SEXTAS FEIRAS.

Preços: (com estampilha)

Anno, 3540 réis — Semestre, 1570 réis — Trimestre, 935 réis.

Subscribe-se e vende-se unicamente no escriptorio da administração, rua Direita n.º 24. — Publicações de interesse particular, são pagas—Folha avulsa, 40 réis—Anúncios, 20 réis por linha—Correspondencia não franqueada, não sera' recebida—Artigos mandados a' redacção, sejam ou não publicados, não serão restituídos.

Preços: (sem estampilha)

Anno, 3500 réis—Semestre, 1500 réis — Trimestre, 800 réis.

NUMERO 96

TERÇA-FEIRA 3 DE JUNHO DE 1862

SEGUNDO ANNO

AVEIRO

A agitação popular no Minho parece ter mudado d'aspecto, e o que se deduz das ultimas correspondencias d'aquella provincia é que se forceja por excitar o espirito religioso das massas, depois de se ter explorado a sua miseria contra a arrecadação dos impostos.

Avalliamos toda a seriedade desta nova faze da luta que alli se travou; mas não a tememos. Deus nos livre de convulsões religiosas, as mais perigosas e temiveis de todas, ás quaes nem se pode determinar as consequencias, nem parar no caminho, uma vez encetadas. Tem-se visto serem as primeiras victimas dellas os proprios que as promovem, e é sabido os horrores, que ellas tem gerado sempre que um paiz é atravessado pela sua devastadora torrente.

Felizmente é uma pagina desconhecida na nossa historia. Presenciamos horrorizados as carnificinas da França, os morticínios da Inglaterra, as sanguinolentas lutas da Alemanha, e nunca nos associamos de modo algum a esses tenebrosos excessos do fanatismo. Se a intolerancia fez victimas entre nós, deve attribuir-se a um zelo excessivo da parte da creença predominante, e nunca ao embate de creenças oppostas. A inquisição levantou os seus postes, e condemnou innocentes e criminosos, como inimigos do catholicismo. Mas, os catholicos não foram obrigados a combater os adversarios da sua fé, nem a soffrer, por seu turno, a perseguição da intolerancia delles. Luta nunca a houve, porque na realidade houve sempre uma só fé.

Estaria o espectáculo desta contradicção de creenças e ideias religiosas reservado para o meado do seculo dezoenove? Não o supponho. Não devemos recial-o. Nem nós sabemos se a civilisação auenando os costumes, e desbravando os espiritos d'aquella rudeza selvagem que produzia o fanatismo d'outras eras, torna já possível a ideia dellas. A fallar verdade, a geração actual perde mais, em cousas de religião, pela sua indiferença, do que pela sua intolerancia.

Agita-se o espirito publico em volta d'uma ideia religiosa, propagam-se doutrinas subversivas e perturbadoras da ordem, porém é facil aventar os verdadeiros intuitos que nisto vão occultos, e poucos haverá tão brancos e destituidos de raciocínio que não vejam a ideia politica a esconder-se atraz da ideia religiosa, o partidario d'um principio profano a acobertarse com o manto fallaz de interesses divinos.

Falla-se muito em religião. Aconselha-o a uns o interesse dos principios que defendem. Outros deixam arrastar-se pela moda, que hoje parece que é a ostentação vã de falsas creenças, depois de ter sido por muito tempo o alardo estolido e immoral de opiniões indifferntistas e anti-christãs. Quem é que pode fazer obra por isso? Que homem, medianamente illustrado, poderia deixar arrastar-se para essas exaggeradas declamações d'uns e d'outros? Digamol-o sinceramente: Ninguém se deixa imbarir tão miseravelmente. Alguns fingem apenas acreditar-o. São os que partilham os mesmos interesses.

Disse com espirito uma mulher celebre «que havia homens que serviam a Deus, e outros que se serviam de Deus». E' este o caso em que a phrase pode applicar-se. Não é em serviço de Deus que se procura agitar o espirito do povo e transtornar a ordem publica. Nem Deus quereria semelhantes meios — elle que reprehendeu a Pedro por ter desembainhado a espada contra Malco. Não é nada d'isso. Não tentem illudirnos. E' pelo contrario em serviço dos homens, e de interesses perfeitamente mundanos, que se põe em jogo esse nome santissimo que devia ser posto muito acima de todas as nossas disputas terrenas.

Não é assim? São sinceras as vossas apprehensões, homens que blasonaes de religião? E' unicamente a defeza das vossas creenças religiosas que tendes em vista arvorando a cruz como estandarte de rebelião? Consenti então que indaguemos um pouco do que vos pertence. Ser religioso não consiste só em fazer protestos beatos, nem em levantar voses timoratas e clamores audaciosos, nem em fallar com entono de religião e de virtude. Para que os outros acreditem que sois religiosos, que pondeis o fito na defensão das vossas creenças como christãos, é preciso que proveis que sabeis presal-as, e que as praticaes. Estaes bem certos de o haverdes provado? Ora o povo portuguez é muito religioso, mas tem sufficiente bom senso para não se dei-

zar mover por cavilosas maquinações. Declamações banaes já não são accreditadas. E o povo sabe que nem ha motivo para pelear, porque ninguem lhe pede a sua creença, como ahi se diz em estylo oburgatorio, nem são verdadeiramente religiosos os que protendem explorar as suas paixões.

A. P.

O governo foi interpellado na camara electiva na sessão de sexta-feira sobre a vinda do vapor francez, que veio buscar as irmãs de caridade. O interpellante foi o sr. deputado Beirão, que desejou ser informado do modo porque tinham corrido as negociações entre os dois governos.

Respondeu o sr. ministro do reino que não houvera negociação, mas uma simples conversação diplomatica entre o governo portuguez e o governo francez, resultando em conformidade della ser mandado um vapor para conduzir para França, por ordem do respectivo superior, as irmãs de caridade e padres lazaristas aqui existentes.

A opposição não se contentou com a explicação. Redarguiu com violencia, exigindo mais informações sobre a natureza dessa conversação, terminando por pedir que os documentos d'onde ella constasse fossem apresentados á camara. Foi o sr. Martens Ferrão que formulou o requerimento neste sentido.

Os srs. ministros da fazenda e da marinha fallaram ainda, confirmando o que disseira o sr. ministro do reino, e asseverando que a conversação havida entre as duas côrtes fora amigavel, e como costuma havel-as sobre negocios de momento entre dois governos amigos e aliados.

A camara declarou-se satisfeita e regeitou o requerimento do sr. Martens Ferrão.

E' para notar a incoherencia de alguns caracteres, aliás respeitaveis, que, quando são ministros se recusam tenazmente a dar ao publico os menores esclarecimentos que possam comprometter as questões pendentes de relações diplomaticas, e que quando são opposição saltam por cima de todas as conveniencias, appellando então para uma publicidade impossivel.

Decididamente para certos homens, a boa fé é inconciliavel com a politica!

Na mesma sessão o sr. deputado Beirão declarou que tendo ficado á testa da administração da casa da senhora infanta D. Isabel Maria, tinha ordem para mandar entregar a seus paes as creancinhas, que existiam no asylo dos Cardaes de Jesus, que s. a. dirigia e sustentava conjunctamente com outras senhoras da velha aristocracia, logo que por qualquer providencia ou medida tomada pelo governo fossem despedidas as irmãs de caridade francezas.

Que bem entendida caridade!

Aquellas senhoras, que, com espirito beneficente, sustentavam um grande numero de creanças naquelle asylo, abandonam-nas á miseria, logo que a sua direcção deixe de ser confiada ás irmãs francezas!

Que fim levam mais em vista: a sustentação das irmãs de caridade em Portugal, ou a educação das innocentes creanças?

O governo providenciou immediatamente para que as asyladas nada perdessem com a resolução das piedosas senhoras, mandando prover á sua sustentação e ensino. Em Lisboa abriram-se logo diversas subscripções no mesmo sentido.

A. P.

Conclusão do discurso do sr. Claudio José Nunes, pronunciado na camara electiva, em sessão de 14 de maio ultimo, sobre a questão da liberdade do ensino.

Sabeis quem n'essa occasião votou contra a proposta? Um dos mais robustos talentos d'esta casa, o illustre deputado por Braga, em companhia do sr. Estevão Palha, do sr. João Rebelo da Costa Cabral, e de mais quatro cavalheiros. Porque foram elles unicamente sete? Seria porque as diagonaes ainda não se tinham encontrado? (Apoiados e riso.) Parece que d'ahi a tempos a junção andava imminente, porque alguns dos cavalheiros que approvaram esta proposta em 1859 já não apresentaram, por occasião da portaria de 5 de março, uma opinião bem definida e pediram que se elegeisse uma commissão para examinar a legalidade do documento. Depois ainda, quando appareceu o decreto de 22 de junho, já nem foi necessario o pedido de uma com-

missão que o estudasse, já aquella peça official foi considerada como uma atroz tyrannia! O mais engracado é que o governo andava sempre mettido entre dois fogos. Ao passo que metade da opposição o accusava de despotismo, com o decreto nas mãos, a outra metade, notando a falta de immediata execução d'elle, accusava o poder executivo de connivente com a reacção, e reconhecia todos os dias a existencia d'ella (repetidos apoiados).

Eu trago isto unicamente para responder a uma accusação que se nos fez; e em justa defeza do projecto do governo, não faço alguma, absolutamente alguma. Mas era necessario recordar o que se tem passado, porque se nos disse que nós especulamos com esta questão. E' a isso que quero responder. E' preciso que se demonstre quem especula (muitos apoiados), se os que têm tido sempre a mesma opinião sobre a existencia e o perigo de um facto, se os que ora o confessam ora negam segundo as conveniencias de uma certa occasião (repetidos apoiados).

Acabo de provar com o testemunho irrecusavel de uma parte dos cavalheiros que se sentam daquelle lado da camara (o esquerdo), e quando digo — daquelle lado da camara — alludo unicamente aos logares e não ás opiniões, porque julgo que elle politicamente compete ao partido a que me honro de pertencer — a existencia da reacção.

Se a transformação porque têm passado já os leva a negal-a, como poderam estranhar ha pouco o dizer-lhes eu que não de ser levados irresistivelmente a adoptar as doutrinas politicas de seus novos aliados, e a constituir com elles um partido reaccionario com relação a todos os actos sociaes? (Apoiados.) A commissão já apresentou este projecto. Cezar passou o Rubicon, e já o vejo apontar a espada ás instituições de Roma. (Vozes: — Muito bem.)

Certo d'este futuro infallivel não pude deixar de sorrir-me quando o meu illustre amigo, o sr. Casal Ribeiro, voltando-se ha dias para um outro ornamento d'esta casa exclamava, pouco mais ou menos: «Olhae que não entras cá! Aqui estamos nós os gansos capitolinos, que não nos deixamos adormecer, enroscando ociosos as cabeças debaixo das azas! Pelo contrario, estamos bem despertos a ver se sentimos ao longe o tinir das espadas gaulizas!» A camara avaliará se os cavalheiros a quem se negava a entrada como representantes de certos principios não acham aberta uma porta no artigo 4.º da commissão.

Sr. presidente, uma vez ainda: ha reacção? Está no ensino das corporações religiosas um dos maiores elementos d'ella? Que melhores auctoridades posso invocar para resolver definitivamente esta questão, do que a propria auctoridade do illustre relator da commissão, e a do seu illustre presidente? S. ex.ª permittirá que d'aqui a pouco cite as suas opiniões, não para o collocar n'uma posição desagradavel, mas para adduzir argumentos que abonem as minhas idéas. A opinião do sr. Casal Ribeiro talvez não seja perfeitamente explicita; mas a do illustre deputado por Lisboa é clara e terminante. O sr. Casal Ribeiro, entrando na camara depois da votação que houve acerca da proposta do sr. José Estevão, que já li, disse:

«O segundo requerimento que tenho a fazer é para que se consigne na acta que, se eu estivesse presente, e não estive presente á votação da proposta do sr. José Estevão por que motivos pessoais e negocios urgentes me tinham longe d'esta casa, não foi para esconder o meu voto (apoiados), que o dou sempre com franqueza e lealdade (apoiados); repito, o segundo requerimento é para que se consigne na acta que, se estivesse presente á votação da proposta do sr. José Estevão, e mais srs. deputados que se associam ao seu pensamento, teria votado a favor d'essa proposta, e da mesma forma sobre o additamento do sr. D. Rodrigo de Menezes.»

O additamento do sr. D. Rodrigo de Menezes era contra a reacção politica. O illustre relator votava então contra todas as reacções; acreditava na reacção clerical, e na sua inseparavel companheira — a reacção politica; e recomendava vigilancia contra as audacias d'ellas.

Dizia mais o illustre deputado...

Vozes: — Ouçam ouçam.

Orador: — Dizia mais o illustre deputado: «Eu, votando a proposta do sr. José Estevão, não tinha duvida alguma em a votar no sentido da explicação dada pela seu auctor.» (Apoiados.)

Vamos a ver qual era a explicação dada pelo seu auctor, o sr. José Estevão: «Esta proposta não é da opposição, nem do governo. É a proposta do partido liberal contra uma grande manifestação contraria; é do nosso dever e honra faze-la.» E sabe a camara como o sr. José Estevão respondia a essas creenças contrarias, manifestadas, creio eu, pelo sr. Pinto Coelho? «Liberdade de ensino para que?... Ter uma igreja constituida, ter uma igreja do estado que é a religião dominante, ter uma igreja chela do prestigio que lhe dá a congregação d'aquelles que a sustentam, e depois repartir por toda a gente esta liberdade; esta liberdade é falsissima, não se pôde accitar, porque tem em si grandes perigos (apoiados).

Vozes: — Ouçam, ouçam.

O Orador: — Mas não para aqui a demonstração dos perigos do ensino clerical, dada pelos membros da commissão. Depois do illustre relator, o illustre presidente, a quem peço licença para ler dois trechos de um discurso seu:

Dizia o sr. Fontes n'uma das sessões de junho do anno passado, creio eu, combatendo e censurando o governo por não ter resolvido categoricamente a questão das irmãs de caridade: «Mezes e annos! Primeiro, irmãs de caridade fóra. Depois não entra cá mais nenhuma. Depois manda-se dissolver a congregação de Santa Martha, e apenas de passagem se suscita a observancia do decreto de 3 de setembro de 1858. Depois veio o decreto de 22 de junho, porque a portaria de 5 de março foi letra morta! É a questão do ensino? Essa é posta de parte, e contudo é a questão do ensino que está a reacção religiosa (muitos apoiados). — Vozes: — Muito bem se existe em alguma parte.» (Interrupção que não se ouviu.) Pois não foram os illustres deputados que já votaram que existia (repetidos apoiados). O se aqui é muito para a cautela politica, mas muito pouco para a negação de um facto que os illustres deputados tem reconhecido (muitos apoiados). Basta que fiquemos sabendo que a questão da reacção clerical está no ensino (novos e repetidos apoiados).

Mas para os illustres deputados ainda é hypothetica esta opinião que acabo de ler? Então vejam com que sarcasmo e ironia o illustre presidente da commissão pronunciava estas palavras no mesmo dia: «De modo que aquellos que nem pediram as irmãs da caridade, não permitiram que entrassem, que vissem, que ficassem, ou saíssem á sua vontade, que não as mandaram vir fóra, estes são lazaristas e reaccionarios; porém... aquelles que as deixaram espalhar e introduzir pelos asylos e lhes entregaram o ensino das creanças que estão n'esses asylos, esses ficam liberaes e progressistas, rasgadamente progressistas!» (Apoiados.)

S. ex.ª empregava a ironia, e toda a camara sabe que quando se emprega a ironia, se adopta a opinião contraria á que se exprime. Não terei o direito então de perguntar: onde estão os reaccionarios? (Muitos apoiados.) Onde estão hoje os liberaes e progressistas? (Muitos apoiados). — Vozes: — Muito bem.

Sr. presidente, depois da eloquencia d'estas citações, não tenho mais do que passar á prohibição das corporações religiosas, e declarar o motivo por que voto com preferencia o artigo 1.º da proposta original do governo, e as razões que influem no meu animo para assim me decidir.

Fallei mais largamente na questão do ensino, porque realmente a generalidade do projecto da commissão, ou a sua idéa predominante é o ensino, e é necessario definir-se bem que quem vota a generalidade, vota a auctorisação para as corporações religiosas poderem ensinar (apoiados).

Uma voz: — Não é assim.

O Orador: — Ouço dizer que não é assim, mas esta é a interpretação racional, é uma interpretação que salta aos olhos de todos, e assim o entendeu o illustre deputado o sr. Beirão, quando disse que consentia em votar a generalidade do projecto, porque n'essa generalidade predominava aquella auctorisação.

Em quanto á prohibição das corporações religiosas, segundo o projecto da commissão, a primeira duvida que se me oferece é sobre a redacção. A commissão diz no artigo 1.º do projecto: «São extintas as comunidades e congregações religiosas que de presente existam neste reino, com sujeição a prelado maior estrangeiro, qualquer que seja o sexo e numero de individuos e a natureza dos votos, e bem assim se considerarão extintas as que de futuro venham a ligarse pelo mesmo vinculo.»

Diz: são extintas! Pois a corporação das irmãs de caridade não está já extinta de direito? A proposta do governo é preferível. Essa diz: «Não é permitida a existência de comunidades, corporações, etc.» Legisla para o facto, em quanto o projecto da comissão parece não reconhecer o direito com que o poder executivo já dissolveu aquella corporação.

Alem d'isso tenho graves apprehensões sobre o que se poderá entender por — congregações religiosas, sujeitas a prelados maiores estrangeiros —; tenho graves apprehensões a este respeito, porque vi já amigos dos illustres deputados, estando presentes varios membros da comissão, apresentarem a seguinte doutrina, e isto sem que nenhum d'estes a contradissem.

Na sessão de 6 de maio de 1861 disse um correligionario politico de ss. ex.^{as}: «Chamo-lhe documento opprobrioso (a portaria de 5 de maio) e, ouzo diz-lo, de falsidade. *E' falso que as irmãs de caridade se achem sujeitas a um prelado estrangeiro*, salvo se o governo entende que o papa é um prelado estrangeiro em relação ás corporações religiosas de um paiz catholico... O seu superior é o padre Etienne que tem os seus poderes da santa sé.»

Ninguém contradisse aquelle orador...

Uma voz: — Quem era?

O Orador: — Foi o sr. Mousinho de Albuquerque; e como os illustres deputados que eram então membros do parlamento não contradissem esta opinião tenho direito de a apresentar e de pedir explicações acerca della, visto que partiu de um cavalheiro que lhes não pôde ser suspeito.

Alem disso diz a comissão no artigo 1.º do projecto: «qualquer que seja o sexo e o numero dos individuos e a natureza dos seus votos». Mas o relatorio explica anteriormente que esta disposição não pode referir-se senão á corporação das irmãs de caridade.

Os illustres deputados tem a certeza de que não existe em mais outra associação alguma desta natureza? Estão certos de que não haja actos que ainda não tenham chegado á noticia dos poderes publicos, como aquelle despacho de 12 de junho de 1857, que o illustre relator da comissão confessa ter chegado ao conhecimento do governo muito depois de ter sido executado?

Diz o artigo 2.º: «Nenhuma comunidade ou congregação religiosa pôde ser instituida ou introduzida sem previa auctorisação da lei.» Mas pergunto — pôde ser modificada? (Apoiados.)

Eu já vi apresentar esta interogação e ainda a não vi satisfactoriamente respondida. Pergunto — passando o projecto da comissão, se no intervallo que houver entre a sua approvação nesta casa e approvação na outra casa do parlamento, as irmãs de caridade fizerem um requerimento ao prelado portuguez para ficarem debaixo da sua jurisdicção, podem ellas continuar a existir? Segundo o artigo podem, porque falla em congregações instituidas ou introduzidas, e não attende á hypothese da modificação, quando pôde dar-se uma modificação nas que estão existindo hoje.

(Interrupção que não se ouviu.)

O Orador: — Muito bem. Ouço dizer que essa modificação não pôde fazer-se, porque a corporação está extinta, e não poder modificar-se o que não existe. Mas eu argumento com as opiniões da comissão, e a prova que a comissão não a julga extinta é que depois de combater aqui a legalidade do decreto de 22 de junho, redige hoje o seu artigo 1.º de modo que a extensão de direito só pôde ter lugar desde que o seu projecto for approved (apoiados).

E que quiz dizer depois a extincção proposta pela comissão? Que resultados tem? Os illustres deputados, extinguindo a corporação para depois deixar os membros della nos asyls e em toda a parte onde se acham, fazem consistir a sua reforma na suppressão da entidade juridica, vindo assim a cair sobre ss. ex.^{as} essa accusação de connivencia occulta, que por esse mesino motivo deitam em rosto aos seus adversarios (apoiados).

Eu voto contra novas congregações estrangeiras ou nacionaes (apoiados). Contra as congregações de homens e as congregações de mulheres (apoiados), e nisto estou em harmonia de opiniões com um dos illustres signatarios do projecto, o meu amigo, o sr. Antonio de Serpa, que ainda ha poucos mezes, nesta casa, dizia, que sendo adversario natural das corporações religiosas, como não essenciaes á religião, o era principalmente das do sexo feminino.

Voto contra ellas em nome do livre arbitrio que Deus deu aos homens para lhe pedir a responsabilidade de suas acções, e da dignidade de quem recebeu da mão do Eterno a vontade, para usar della e não para a aniquillar ás ordens de uma vontade alheia (apoiados). Voto contra ellas em nome da patria, e como ouvi o illustre deputado que abriu este debate defendel-as em nome de igual principio, peço licença para contar um facto que acaba de ter lugar.

Vejo presente o cavalheiro que me auctorizou a fazel-o publico. O testemunho será insuspeito porque partirá de quem o pôde dar, e ouvido elle toa, e qualquer outra demonstração será ociosa.

Vinha um cavalheiro ha dias em uma carruagem publica, de Belem para Lisboa, e ao pé delle duas irmãs de caridade. Lembrou-se de travar conversação com ellas, e perguntou a uma se era franceza ou portugueza. *Monsieur, je n'ai pas de la patrie.* «Senhor, não tenho patria» foi a resposta!! (Sensação.) Voto contra ellas em nome da familia e não adduzo argumentos em favor deste voto (muitos apoiados).

Voltando á generalidade do projecto falle-

mos francamente. Não estejamos a querer illudir-nos uns aos outros. Confessemos que não estamos a discutir questões theoreticas; mas que estamos a discutir todos uma questão de applicação (apoiados). Questão, no meu entender, de alta significação politica, tomando a politica pela governação do estado, e não pelos gabinetes que se hão de sentar naquellas cadeiras...

Cada um de nós tem os seus fins; as suas opiniões; as suas convicções.

Quem quer fazer da reacção clerical uma arma para constituir situações e aproveitar influencias, vota pelo parecer da comissão; quem se colloca mais alto, quem encara a questão segundo os verdadeiros principios liberaes, vota contra (apoiados). Estabeleça-se a questão como ella o está em toda a Europa (apoiados). Não digamos que tratamos do ensino e de umas pobres senhoras, tratamos de quebrar ou não as arrogancias de um partido politico (apoiados). Por isso repito, escusamos de estar aqui a illudirmos; para que havemos de estar a discutir a theoria da liberdade do ensino?

(Uma interrupção do sr. Casal Ribeiro, que não se ouviu.)

Discute-a o illustre deputado, e discute-a até perfeitamente; mas de ter o illustre deputado levado muitas horas a escrever no seu relatorio as vantagens da liberdade do ensino, talvez não gastasse muitos minutos em descobrir que só garantiu, incondicionalmente, no seu projecto, a liberdade do ensino domestico, essa mesma que já está garantida pelas nossas leis e pelos nossos costumes.

Vamos á questão politica, altamente politica, como disse o illustre relator da comissão?

(Interrupção que se não ouviu.)

O Orador: — Sim, senhor, mas pôde haver differença como já disse no modo de a apreciar. Pôde haver quem a considere á luz da coherencia de principios, quem á luz da coherencia das affeições pessoais.

(Interrupção.)

O Orador: — Essa é que é uma triste verdade.

Para se tratar esta questão como convem, devia seguir-se o exemplo de 1859; então é que se tratou uma verdadeira questão de principios; então todas as fracções da camara, opposição e maioria, combateram a favor do credo de seus partidos. A um lado formaram os liberaes, mais ou menos avançados, de outro os representantes da extrema direita em companhia de alguns cavalheiros francamente conservadores.

Pois não se podia hoje fazer o mesmo? Até certo ponto faz-se. Collegas nossos conheço eu, para quem isto não é uma questão de maioria ou de opposição; de ministros que foram, de ministros que são, ou dos que querem ser ministros.

Ahi vemos o honrado ex-ministro da justiça, do gabinete transacto, o sr. Moraes Carvalho, honrar o seu decoro politico e a firmeza de seus principios, collocando-se ao lado dos seus successores. (Muitos apoiados).

Vozes: — Muito bem.

O sr. Moraes Carvalho: — Eu tenho a palavra, e quando me chegar me explicarei.

O Orador: — O que acabei de dizer creio que não foi em desabono do illustre deputado, pelo contrario, foi uma homenagem ao vigor de suas crenças e á dignidade que sempre tem mostrado na vida publica (repetidos apoiados).

A camara deve estar enfadadissima com o meu discurso (Vozes: — Não, não); que nunca teve a pretensão de querer convencer alguém, e que é a simples apresentação dos fundamentos do meu voto.

Resumo as minhas observações. Acredito na existencia da reacção clerical, fundando-me no que se passa no paiz, e no depoimento dos proprios que agora a não querem ver. Acredito que a reacção politica é sua companheira inseparavel, servindo-me do exemplo de toda a politica contemporanea. Acredito que o ensino por meio das corporações religiosas é dos mais certos vehiculos da propaganda reaccionaria, abonando a minha opinião com as de muitas das melhores intelligencias d'esta terra.

Acredito igualmente que para obstar ao mal convem applicar o remedio, e em quanto é tempo. Se uma folha secca começar a arder á beira da mata sem que a apagueis, d'ahi a pouco o incendio marulhará em ondas, e um turbilhão de fúscas, espuma daquelle mar, espalhará irremissivelmente na floresta a desolação e o terror.

Vou acabar, sr. presidente, oppondo a singularidade da realidade a estas poeticas lamentações com que o illustre relator da comissão acabou o seu discurso:

... Quando essas pobres mulheres aportarem á patria onde são queridas e estimadas de todos, porque as conhecem; quando lhes saírem ao encontro a perguntar-lhes de que paiz voltam, que nova conquista firmaram? Ellas responderão resignadas e tristes: «Não firmamos nenhuma conquista; soffremos a primeira derrota. Não vimos da Criméa porque lá eramos abençoados pelo francez catholico, pelo inglez protestante e pelo russo seismatico. Não vimos da Turquia, que lá chamavam-nos anjos, e obtinhamos do sultão (cousa inaudita!) o perdão dos condemnados. Não vimos de terras protestantes, que lá somos respeitadas e veneradas. Não vimos do interior da America nem dos sertões da Africa, vimos do extremo da Europa, vimos de um paiz que julgavamos livre e civilizado; vimos das margens do Tejo onde se ostenta ainda o formoso templo dos Jeronymos, padrão de antigas glorias; vimos de uma nação que foi grande quando levava a cruz na prôa dos seus galeões ás mais remotas partes do mundo; vimos de

uma nação que mandou á India Vasco da Gama a conquistá-la para a coroa portugueza, Camões para a cantar em um poema immortal, e S. Francisco Xavier para a converter á verdade do evangelho; vimos de Portugal, mas não encontramos lá portuguezes, encontramos suspeitas, sarcasmos, injurias e perseguições.»

Ninguém nega ás irmãs de caridade a hospitalidade desta terra, e se ellas se quiserem voluntariamente ausentar poderão responder a esses que lhes saírem ao encontro: Vimos de uma terra onde não foi preciso que ensinássemos a religião, porque já lá a encontramos respeitada e engrandecida (apoiados), já lá encontramos a fé em todos os corações e a prece em todos os labios (apoiados); já lá achámos a mãe ajoelhada ao pé da filhinha, segurando com uma das mãos as mãos innocentes, e ensinando-as a erguerem-se para o ceu, ao passo que a apertava com a outra ao peito, como que querendo incendiar ao contacto de uma fé já robusta e viva, a centelha ainda só meio accesa n'aquella alma infantil (apoiados). Vimos de uma terra onde não foi preciso que ensinássemos a caridade, porque já lá achámos essa virtude christã derramando as suas esmolos no regaço da indigencia (apoiados). Vimos de uma terra onde não foi preciso que salvássemos a vida a dois condemnados, porque vimos de um paiz que se honra com o ter abolido de facto a pena de morte (longos e repetidos apoiados). Vimos de uma terra onde não foi preciso que ensinássemos a agradecer a Deus os seus beneficos, porque já lá achámos o mosteiro de Belem, memoria e estimulo da gratidão de um povo, que teve a espada de Vasco da Gama, a pena immortal de Camões, a cruz do apostolo das Indias (apoiados). Vimos finalmente de uma terra altamente liberal (repetidos apoiados) donde não nos expulsaram, mas onde não consentiram que os nossos piedosos servicos fossem explorados pela propaganda reaccionaria (longos e repetidos apoiados).

Como a illustre comissão falla tanto em liberdade, não será ocioso recordar estas palavras da comissão: «Diz-se que a reacção falla ás vezes a linguagem da liberdade para a minar. Não adoptemos nós a linguagem da reacção para ella nos oppormos. Congratulemo-nos antes de que os reaccionarios sejam obrigados a invocar a liberdade, a acolher-se ao nosso templo politico, a prostrar-se ante o nosso altar, a confessar a santidade do nosso dogma. Se o culto que prestam não vem do coração, os actos externos que praticam não sempre uma eloquente homenagem á verdade; a conversão completa será obra do tempo. Não invertamos as posições; não troquemos as idéas; não percamos nós a fé, porque outros talvez menos convictos a fingem ter.»

A tão eloquente conselho não devo juntar mais uma só palavra minha (repetidos apoiados).

Vozes: — Muito bem, muito bem. (O orador foi cumprimentado por muitos srs. deputados de todos os lados da camara.)

Damos em seguida o discurso do sr. José Estevão Coelho de Magalhães, pronunciado na camara electiva em sessão de 23 de maio ultimo sobre a liberdade do ensino.

O sr. José Estevão: — A inesperada circumstancia de me tocar a palavra nesta occasião trans-torna o plano do meu discurso, e tira parte do alcance das minhas observações, porque sou obrigado a fallar na ausencia dos meus adversarios. Esta ausencia quasi me impunha o dever de me sentar, se os não visse representados pela mais conscienciosa, mais sabedora, mais sympathica e respeitavel parcialidade, a que pertencem os que tem sustentado doutrinas, a que em outras circumstancias teriam de voltar as costas, ou chegados ao governo teriam de se apartar das necessidades essenciaes da administração do estado.

Quizera eu arrastar a voz e o pensamento até que podessem chegar as pessoas com quem tenho de discutir; mas a hora adianta-se, a expectativa cansa-se, e eu tenho de levantar as armas contra quem? Contra o echo das opiniões que foram apresentadas na camara, contra alguns dos sectarios de um principio politico e cavalheiroso, a que se ligaram por uma posição de consciencia, mas não de certo com o intuito de o observar e seguir em todas as suas applicações.

Eu precisava sobretudo da presença, não do chefe politico, mas dos oradores chefes deste debate, e sentirei que a sua ausencia seja motivada por incommodo de saude.

Mas as observações foram tão acerbas, tão cruentas, tão pessoas, tão fóra das doutrinas e boas praticas desta casa e dos bons termos, que precisam, não de uma revindicta, mas de um desforço de cavalheiro. E sobretudo refiro-me ao nobre orador que hontem fechou o debate, e que por fortuna desta terra estou convencido de que as parcialidades politicas, que se sentam deste lado da camara (o esquerdo), e muitos outros illustres deputados, só por um expediente politico seguem a doutrina que elle sustentou. Falta-nos esse orador, que fez um serviço grande no seu discurso, desaggravando essas parcialidades politicas, e fe-lo com juizo de homem de estado, e com a devida critica a umas desconhecidas opiniões, que não são deste tempo nem desta epoca, e que não são mesmo do cavalheiro que as pronunciou, e que seria uma desgraça para esta terra se fosse uma possibilidade (apoiados).

A lucta acabou. O aspecto da assembleia bem demonstra e deixa ver que a questão não é de importancia tal que mereça levantar-se a força das paixões. Todos desejam que acabe, e ain-

da o desejam mais aquelles para quem a derrota é a salvação (apoiados).

Um partido para ser prestavel precisa ter uma organização appropriada a seus fins, e nessa organização ha elementos essenciaes, de que se não pode prescindir sem que esse partido se torne um corpo inhabil, uma origem de acções desvirtuadas, um principio de descredito para aquelles que o compõem.

Ha em todos os partidos um principio decisivo — são as opiniões fortes, firmes, sem transacção, sem composição, as opiniões absolutas, que não consideram o estado bem regido sem que ellas triumphem completamente. E a par deste principio ha outro, que avalia essas mesmas opiniões, que julga da sua applicação ás circumstancias dos tempos, que as qualifica de proprias ou impróprias, e que modera a sua acção e as torna praticaveis. Eu tenho de discutir com os representantes destes dois principios em uma parcialidade politica; mas assusto-me; supponho que a opinião publica tem presentes as proposições que elles aqui enunciarão, e tremo debaixo das suas injustas e não provocadas invectivas.

Esta questão foi uma festa partidaria, foi uma profissão doutrinal, e foi um acto politico. Foi uma festa partidaria para o sr. Pinto Coelho, foi uma profissão doutrinal para o sr. Casal Ribeiro, e foi um acto politico para o sr. Fontes Pereira de Mello. (Vozes: — Muito bem.) Para a festa partidaria não posso concorrer; a profissão doutrinal reprovo-a; e o acto politico considero o indiscreto, intempestivo, inal calculado e impossivel (apoiados).

Mas á festa partidaria podemos nós assistir e fallar, porque quem nella culminantemente figura, quem nella tem o maior vulto, quem nella leva a palma, permite-nos que fallemos. Não basta porem que nos permitam fallar. O homem de alma, o homem de coração, o homem de consciencia precisa para fallar mais alguma cousa do que dizerem-lhe — fallae; precisa que lhe criem um ambiente; precisa que lhe digam que tem competencia moral para fallar; precisa que não lhe fagam suffocar a voz nos labios invectivando o de impio e religioso (apoiados). Estas necessidades estão satisfeitas. E por quem?! Quem diria que eu, assustado e tremendo pelas invectivas de uma parcialidade politica, iria buscar o desassombro, a permissão, o titulo de capacidade para entrar neste debate, aos representantes das idéas do absolutismo?! (Vozes: — Muito bem.)

Agradeço-lhe: pagam-me com isto uma vida que o seu partido, e não elles, contrahiu comigo em occasiões semelhantes a esta.

Foi o sr. Pinto Coelho, cujo discurso é uma comedida protestação dos seus principios; foi o sr. Pinto Coelho quem me tirou o cuidado e o susto em que eu estava de ter offendido a religião de meus paes, as maximas da igreja catholica, e de estar reprobado e excommungado perante este congresso, onde se não queria que se fallasse em religião, porque eramos leigos, mas aonde se trouxeram as maiores auctoridades para sem provas se invectivar a consciencia dos contrarios, no proprio momento em que se faziam elevados discursos e pomposas enargueias pela crença nos principios liberaes. Foi elle que me disse: «A religião catholica é compativel com todas as fórmulas de governo, e por consequencia compativel com todas as opiniões, quaesquer que sejam as nossas divergencias politicas; fallae que não perdeis a graça de Deus nem a graça da sua igreja». Eu bem o sabia; mas precisava ouvi-lo da bocca daquelle sacerdote. (Riso.) Fallae, e neste assumpto em que vos entristeasmeticulosamente, neste assumpto das congregações religiosas, de regular o seu numero; de syndicar se as suas regras são contrarias ao direito commum, de lhes dar ingresso no reino, ou determinar a sua expulsão, opinae como entenderdes. Auctorizam-vos a isto as praticas deste reino, e a jurisprudencia sempre nelle seguida. Estaes livre o desembaraçado.

Não preciso de outras armas, com estas hei de combater, e todas as outras dispense.

De v. ex.^a tive a palavra, do sr. Pinto Coelho tive a liberdade moral para usar d'ella. Resta saber se o sr. relator da comissão me considerará e me aceitará como discursador sobre este assumpto. Resta-me saber, em vista do seu relatorio e da sua lei, que não tem pretensões, que dá a liberdade a todo o mundo, se elle, applicando-a a mim, julgará e entenderá que tenho todos os quesitos que elle, na sua liberrima lei, entendeu que eram precisos, não só para ensinar, mas para fallar neste parlamento, porque o relatorio diz: «Consciencia, estudos dos factos e das doutrinas, são condições indispensaveis para resolver as questões pendentes». E' o primeiro lazareto que vem no relatorio, que é a ausencia dos lazaretos; o texto, o frontispicio do relatorio para tratar d'estes assumptos é a consciencia, o estudo dos factos e o estudo das doutrinas. Consciencia já sei que a não tenho, porque não tenho religião, porque tenho repugnancia a toda a idéa religiosa. Foram as palavras que, n'um momento de indiscreção, nós ouvimos da boca do sr. Casal Ribeiro! (Vozes: — E' verdade.) O estudo dos factos, os factos que respeitam á administração da caridade publica e da instrucção d'este paiz, tenho-os estudado demasiadamente, e por elles ha responsabilidades mais graves do que a minha, porque eu nunca governei esta terra.

Hesitei em tomar parte neste debate; hesitei pelo receio do cansasso material e intellectual; hesitei pela superfluidade da minha palavra; hesitei pelo adiantamento da discussão; e hesitei mesmo por uma certa emanção do assumpto que estamos tratando; porque o parecer da comissão e os discursos de alguns dos seus oradores são uma hesitação escripta e uma indiscreção fallada!

isa ter
nessa
e que
ido se
ações
ara a-
deci-
trans-
lutat,
n que
deste
opi-
stan-
as ou
torna
repre-
ciali-
que a
s que
suas

foi
litico.
belho,
al Ri-
fontes
Para
fissão
lero o
impos-
sistir
te fi-
nella
o bas-
do sci-
o que
n um
ompe-
ne fa-
o de
lades
a que
uma
mbro,
ntrar
o ab-

uma
foi o
o e o
reli-
atho-
rante
de se
pro-
s, no
s dia-
a nos
A re-
s fôr-
vejam
y não
sua
vi-lo
e, e
enlo-
reli-
ar se
num,
nar a
etori-
urisa-
ere o

se hei
Coe-
Res-
onsi-
e es-
u re-
que
can-
dos
ten-
mas
torio
dou-
lver
reto
aza-
tra-
tudo
cia
reli-
a re-
o de
Ri-
s, os
lade
s es-
sa-
que
hesi-
ual;
he-
siti-
que
mis-
são
ada!

A notavel insistencia, a emphase inaudita com que o sr. relator da commissão nos disse — que pronunciava as suas opiniões, e que estava prompto a assumir a responsabilidade dellas — tudo isto denota uma luta de espirito, um esforço de vontade. As opiniões, que naturalmente se concebem, expressam-se tambem naturalmente. Admiramos a trivialidade, quando a trivialidade para nós é um grande esforço, e sobretudo não podemos deixar de estranhar um discurso, em que cada palavra era antecidida por um prologo, em que se dizia: «vamos ver uma coisa inaudita e nunca experimentada nesta terra». Isto foi dito por um homem acostumado a pronunciar as suas opiniões dentro desta casa, que tem ouvido tantas, e que é destinada para as ouvir todas. Ouvi, escutei, e não me admirei, porque me tinha de admirar de mim mesmo, visto que em todas as occasiões tenho pronunciado sempre as minhas opiniões.

O sr. relator da commissão achou que muitos dos membros desta casa tinham por criterio da sua consciencia a popularidade, e que por ella se media a coragem e a cobardia. O illustre relator da commissão sabe o valor em que tenho a popularidade, e a coragem que tenho para encarar com a impopularidade. Sabe que a popularidade é um peculio capitalisado pela probidade politica e pela virtude particular para o homem poder usar delle em beneficio do seu paiz; e tambem, como o illustre orador da commissão sabe, quanto eu fui prodigo dessa, que elle suppõe que é a joia das minhas ambições; porque della fiz desgarrada applicação, quando a minha convicção me levou a apoiar a administração de que s. ex.ª fez parte.

E que é a popularidade? Como é que um homem serio, um homem grave e um homem de talento falla n'este tempo, e n'esta epocha, de popularidade? Todos nós somos populares e impopulares. A popularidade é a sociedade de opiniões. E que principios asceticos podem obrigar na vida publica o homem, e impedir as sympathias que lhe resultam de ter opiniões em commun com maior ou menor numero de individuos? Pois a popularidade o que é? E a sociedade natural da intelligencia e da vontade. Quem é que lhe pôde impor a lei? Se é um bem, é um bem legitimo; se é um mal, é um mal relativo; porque não ha ninguem impopular em um certo sentido, que não seja popular em outro. E o illustre deputado, que é tão severo para os amigos da popularidade, eu creio que despreza aquella que tem, e de que goza com justa razão, entre as opiniões que defende e os amigos politicos que o cercam.

Mas por que motivo está aqui esta questão? Quem a trouxe aqui? Quem a sustenta? Eu é que posso fazer esta pergunta. Como é que nós, modestos obreiros, como é que nós, evangelistas exclusivos dos interesses materiaes, empenhamos todas as forças do paiz na questão de que nos occupamos? Como é que tinhamos esquecido os interesses materiaes e moraes do paiz? Estavam satisfeitos nas discussões que precederam? Como é que nos achamos repentinamente theologos, moralistas e sabios? Onde estavam, onde se esconderam todos estes evangelistas da lei catholica, da lei christã? Onde estavam estas almas candidas, estes paraphrastas dos textos divinos? Eu não os conheci, e sou obrigado a persuadir-me de que durante a sociedade politica que tive com estes senhores, havia estudos occultos em que eu não entrava, e fizeram-se todas estas altas transformações quando eu, pobre e triste obreiro, não era lembrado, e não me era permitido offerecer nenhuma reflexão.

Não ha transformação mais rapida, mais natural! Ha tres ou quatro annos o philosopho mais consummado, o publicista mais instruido que ousasse pedir um momento de attenção aos individuos que estavam empregados n'esta tarefa, em que todos se tinham interessado, seria considerado como homem que desprezava a paz publica; que concitava o espirito publico para perturbar a tranquillidade publica e a ordem, passando para uma politica toda material, situação a qual se podia applicar o dito sarcastico do relator da commissão — a resurreição da mão morta.

Esta transformação foi rapida; acharam-se sectarios modestos de uma politica ultramaterialista; acharam-se repentinamente partidarios acerrimos da fé, das questões religiosas e das questões politicas!

Eu sinto que não esteja presente o sr. Fontes Pereira de Mello, porque como elle tratou a questão como homem politico, eu queria trata-la tambem debaixo do mesmo ponto.

Quem poz aqui esta questão? Fostes vós que a puzestes. A questão se é boa ou má, vós a encubastes. Ora bem, o governo trouxe uma questão anteriormente a este respeito.

A opposição o que fez? Animou-a, alimentou-a. Pois o governo põe uma questão, a opposição não a tira e deixa-se do governo? O governo é que ha de dar graças á opposição.

O governo estende esta questão, tem-na elevada, porque d'ella se conserva, porque d'ella vive, porque é o seu elemento, porque é uma especulação. Os nobres deputados a quem me refero sabem que eu não limito n'este ponto o meu argumento a uma epocha, a um conselho, a um arbitrio. A opposição trouxe esta questão por um espirito de conciliação; e eu logo mostrei que a conciliação d'este lado da camara está acabada e esgotada, e que foi praticada rasgadamente pelo governo, tendo seguido e anticipado os conselhos do sr. Fontes Pereira de Mello.

Eu não sou opposição, nem pertencço, nem nunca estive em circumstancias de pertencer á opposição; separei-me d'ella por motivos verdadeiramente graves e tão serios como este debate

o mostra. A minha separação não trouxe comigo a separação dos partidos. Eu é que me separei, porque previ a posição que elles occuparam. Pois a opposição não quiz tirar essa questão do debate, e ella que a tem mantido, que a tem acirrado, que a tem continuado, que a tem pedido, que a promove. Porque estranha a posição do governo vindo apresentar as medidas tendentes a acabar com a influencia clerical n'esta terra? A esta idéa, suppondo esta desgraça, levanta-se o sr. relator da commissão cheio de espirito religioso, cheio de fanatismo, e compulsando n'um epilogo brilhante todas as nossas glorias passadas, suppõe as irmãs de caridade saindo de Portugal, e invectiva-nos como barbaros, como selvagens.

Por outro lado diz o sr. Fontes Pereira de Mello: «Não executeis a lei; é impossivel de executar; desafiavo-a que a executeis». De maneira que estes pobres martyres d'esta santa causa estão entre as invectivas do sr. Casal Ribeiro, porque a questão se pôde acabar, e as inonias do sr. Fontes reptando-nos para que a acabemos! (Apoiados).

Passo a passo se têm seguido todas as medidas do governo. Uma dizem que é inepta, outra, que é deficiente, outra que é escura, e até a respeito d'este projecto um homem todo alheio á profissão de advogado, sentou-se logo á banca, esteve dando conselho, esgotando todos os recursos da jurispercia para provar com inauditas theorias de jurisprudencia que a lei não era executavel, e insinuando os tribunales a que não lhe dessem execução! (Apoiados)

E' extraordinario o que ouvi hontem! Em logar d'esta questão poderiamos occupar-nos do recrutamento, tirando ao governo a liberdade de se socorrer a um celebre artigo que se poz na lei do recrutamento que a transtorna completamente; porque depois de se ter feito uma lei para estabelecer o recrutamento segundo as regras liberaes, introduziu-se na mesma lei um artigo que a inutilisa toda, e que estabelece outra vez a prisão a cordel. Poderiamos occupar-nos da abolição dos passaportes. E seguiu-se um elenco de medidas tão rapido, que não lhe achei pecha senão em ser demasiadamente vello e demasiadamente restricto.

Mas porque não fazemos isto? É uma cousa muito facil, e a opposição é que o pôde fazer. O governo insiste n'este projecto, dizem, por conveniencia sua, por especulação politica. Pois todos os que mantêm o debate n'este ponto, todos os que lhe dão vigor, servem por consequencia o governo, porque continuam uma posição facticia, da qual elle vive, segundo dizem.

Então o que deve a opposição fazer? O que deve? E' acabar esta posição facticia e abandonar a questão. Mas não pôde, e não pôde porque lá estão as theorias reverdecidas elevadas a um zelo, elevadas a uma creença, elevadas a um fanatismo, com o calor proprio de todos os talentos vastos e de todos os espiritos instaveis. Eu aconselhei esse meio, mas não o quizeram, recusaram-no.

As circumstancias são graves e solennes, e eu não devo encobrir nem os pensamentos reconditos que tenho no peito.

Entendi sempre que o partido da regeneração era uma parcialidade da familia liberal e muito conveniente para as necessidades publicas, para as instabilidades necessarias do governo representativo, por haver duas parcialidades ou dois napes de governo que se revezassem successivamente; mas nunca suppuz que n'uma questão d'estas em que parece impossivel que não tivessem todos creenças communs como homens liberaes e como homens de estado (apoiados), lançassem entre si uma barreira de odio, de receios, de desconfianças que não se podem mais apagar (apoiados). Eu não sei se sou ou não homem desconfiado. Da regeneração não desconfiava; desconfio hoje, ou não desconfio nada.

Disse-o, aconselhei-o e appello para as testemunhas que estão aqui.

Disse — larguem a questão de mão. Defendam as suas opiniões se quizerem, mas não a façam uma questão militante. (O sr. José Paes: — E' verdade.) Deixem votar quem quizer e como quizer; e como entendem que é uma questão de consciencias, respeitem a consciencia de todos. (Vozes: — Muito bem.) E depois agrupe as forças da opposição em qualquer d'estas questões onde está a vida do paiz, porque o paiz não precisa nem d'este discurso, nem do sr. Casal Ribeiro, nem de nenhum dos que se têm feito. Não porque esses discursos sejam maus, nem porque se devam proscrever os discursos, porque a palavra é a luz das leis, é a razão d'ellas, mas porque não se governa o estado só a fallar, e porque se adquire uma grande responsabilidade perante a Europa e o mundo civilisado quando se prova que ha talentos e que não se governa.

Agrupe as todas essas entidades que se tenham dividido e espalhado em individualidades n'uma questão passageira e transitoria, agrupe-as n'um programma de governo serio e definido, e não em jaculações passageiras a respeito de diversos ramos da administração publica. Podeis propôr a questão da força publica e dos tributos, em que julgaes que se fez tudo, e não se fez nada. Assim como não se faz nada fallando, não se faz nada escrevendo. A administração publica é penosa e difficil. Não é de uma gloria immediata; mas se ha espiritos que se contentam com a consciencia de bem fazer, e com a justiça que lhe hão de fazer os vindouros, outros querem logo a gloria á bocca do cofre como moeda corrente.

Então viria uma discussão politica, que terminaria seguindo esta nova senda, e com a bondade deste programma ou compromisso, e com o

desejo sincero de o praticar. Isto teria agrupado em volta da opposição não só os homens que estavam reunidos no seu gremio politico, mas aquellas consciencias e espiritos liberaes que se lhe podiam reunir voluntariamente pela convicção da utilidade da medida proposta.

Eu quereria que o meu pensamento se realisasse, que era formar duas parcialidades liberaes que se substituíssem uma á outra. Duas parcialidades que respeitassem todas as opiniões e todas as creenças; que juntassem o resto, os troços, os capitães, os soldados antigos, velhos e decrepitos, e lhes dessem partilha nas glorias e nas considerações publicas, mas não deixando murchar as idéias novas, nem as esperanças do paiz; e fazendo selecção daquelles a respeito dos quaes devem estar completamente desenganados (apoiados). E digo isto sem querer offender ninguem; porque o digo sem intenção de offender pessoa que esteja aqui; digo-o como o diria em uma casa, de cara a cara, em tom de amizade, e discutindo as cousas publicas com desassombro e convicção.

E' impossivel governar, sem que cada um se conheça a si mesmo; sem que faça justiça a si proprio, sem que todos aprendam nos acontecimentos, sem que haja alguem que tenha uma nobre coragem da sua annullação, quando lhe chegue a sua hora e o seu momento (muitos apoiados).

Tomara en que esta questão acabasse; que viessem essas que o meu amigo esboçou, e muitos outros, e sobretudo que não passassemos pela vergonha de depois de 24 annos de systema representativo, quando se trata da questão de ensino, propôr n'uma lei um inquerito sobre instrucção publica! (Apoiados).

Quero occupar-me largamente deste ponto. Eu offereço-me para fazer o inquerito; o inquerito sou eu, e digo o que ha, digo o que todos sabem, principalmente aquelles que tem governado, e aquelles em cujas mãos está a instrucção publica primaria. A verdade vem dos factos que todos nós sabemos; o inquerito está feito, temos tudo quanto é preciso para chegarmos ao conhecimento da verdade de tudo quanto ha a respeito de instrucção publica.

Desejava que não passassemos ainda por outra vergonha, que um espirito illustrado, como é o sr. Casal Ribeiro, nos referiu, que viu, que tudo era desacerto, abandono e descuido nas cousas attinentes á instrucção publica, ou mesmo ás diversas funcções publicas, e o que se está passando diante dos nossos olhos, diante de Portugal com grande inconveniente para a sua governação. Portugal tem tido e tem em si tudo quanto é preciso para se governar (apoiados). Estes e outros assumptos por si mesmo importantes e recommendaveis, não como bandeira politica, mas pelas vantagens intrinsecas de cada um delles, por amor do proximo, por amor e gloria desta terra podiam ser tratados e concluidos como a opposição o podia fazer se quizesse. Mas a opposição com extraordinaria indifferença, toma certas opiniões com honesta consciencia, collocando-se n'uma certa affectação de partido central ou medio, fazendo certos acenos equivocos para o partido realista; passando diante das igrejas com uma estudada veneração; fazendo um appello para a sacristia, para o salão, ou para os homens de espirito liberal, ou dos partidos decrepitos que não podem viver por si; e julga deste modo poder arranjar uma força valente, forte e brava com que possa abarcar tudo para si. (Riso. — Apoiados.)

Houve uma epocha distincta (é preciso dizer as cousas como ellas são) em que esta questão podia trazer difficuldades diplomaticas. Havia um governo que podia considerar as irmãs de caridade como um certo emblema nacional, e julgar que quaesquer medidas de precaução que se tomassem contra ellas, seria um desacato a esse emblema; mas depois esse governo collocou-se na mesma posição que nós, fez-se nosso companheiro nas apprehensões e nas precauções que era preciso tomar.

A espada que o governo desta terra tinha levantado, esta espada curta e pequena ficou a par da gloriosa e christianissima que hoje a França levantou contra as influencias clericas. (Apoiados.)

A questão estava desembaraçada desde o momento em que a opposição a não tomasse nas mãos. Mas em vez de encorregar para á terminação, tem sido pelo contrario seu protector, seu guia e seu assessor (apoiados). E a mesma imprensa, com vergonha dessa parcialidade, entretinha-se em dar aos documentos publicos uma notoriedade europea com o mesmo martyrio de interpretação que se faz aqui ás palavras e discursos dos deputados (apoiados); como se não fosse uma vergonha interpretar e alterar escriptos desta cathedra, só com o fim de combater homens que não estão no caso de serem combatidos com semelhantes armas.

O governo francez, impregnado do espirito da legitima auctoridade do estado, tratou de pôr termo ás influencias e invasões disfarçadas do poder clerical, apesar de não se deixar de apresentar documentos a favor das irmãs de caridade, sustentadas com uma certa vangloria sophistica, de que os homens serios não podiam deixar de se rir.

A questão é da opposição, e só da opposição. Estavamos a caminho para se acabar, e em excellente caminho, e estaria terminada se a opposição a não tomasse na mão á ultima hora. E sem receio nem temor, ella podia e pôde ser concluida em beneficio do paiz. Mas estremece-se, inquieta-se e dão-se-lhe as ultimas consolações, os ultimos allivios, e as ultimas animações (apoiados).

«Politica de conciliação!» A nossa não é nenhuma politica extrema. Nós somos altamente conservadores neste debate; conservadores, e não conservadores (apoiados). Mas só conservadores a politica de conciliação está esgotada e esgotadissima. Foi pois pela politica de conciliação a transacção que o sr. Julio Gomes permitiu que algumas irmãs de caridade entrassem em Portugal. Porque permitiu elle? Pela transacção, pela moderação, pela contemplação com as idéias religiosas que representavam, que lhe pediam esta concessão por espirito de liberdade, por attenção ao insignificante numero que se pedia. Pediu-se a concessão, e fez-se; e ligou-se discretamente esta concessão ao numero de cinco. — Disse: «Entrem só as que são necessarias, e entrem com a condição de não viverem em communidade». — Depois houve uma nova conciliação e uma nova luta. Assim é que começou a questão; mas começou pelo conselho, pela theorica, e pela regra que o nobre deputado sustenta. Um alvará permitia que viessem umas tantas, e vieram muitas mais. Prohibia que não estivessem em congregação, e viverem em congregação. Depois veio um decreto que disse: — «Dê-se o numero por acabado», — e o numero não acabou; porque vieram mais. «Não tem entidade juridica», e a entidade juridica continuou. Mandou-se fechar o hospicio de Santa Martha, resistiram a esta ordem. Mandou-se dissolver a confraria ou congregação, e ella não se dissolveu. Querem mais moderação? Estas ordens paulatinas que não foram cumpridas, essas contemplações com todas as opiniões, com todos os interesses, não tiveram resultado. Fez-se a primeira concessão, concessão discreta, e devia ir-se vigiando pela execução dessa concessão; e depois de esgotados todos os meios de moderação, é que se procede á dissolução. Mas diz-se: «Isto é longo, este processo é grande e trabalhoso ha muito tempo n'isso, e esta questão não acaba nunca».

Nós não podemos dizer isto. Nós muitas vezes tomámos nas mãos algumas questões que levam tempo a concluir-se. Por exemplo, eu tomei uma certa excentricidade de phantasia n'uma questão de que não estou arrependido, e que levou muito tempo a concluir. Eu promovi algumas medidas para acabar com os casebres do Loreto. Quanto tempo levou isto? Quantas leis fizemos nós para isso? Tres leis (apoiados). Estava então a executar-as braço forte e intelligencia robusta; e eu não faltava com a minha instancia e com a minha palavra no parlamento.

Ora a questão clerical que tem asoberbado todos os paizes, uma questão de uma luta que não termina, que é incessante, não admira que leve tres ou quatro annos, e ainda mais para terminar. Todos os partidos têm questões difficeis e muito difficeis de concluir.

Em 1852 propozemos nós a abolição do contracto do tabaco, e ainda até agora estamos á espera d'ella! (Apoiados.) Propozemos, e com entusiasmo, que se fizesse o caminho de ferro do norte. Estou arrependido... Não estou arrependido, porque devo mesmo um grande favor, um grandissimo favor ao caminho de ferro, por que me deu motivo para eu poder por muito tempo ter parceria e camaradagem politica com tão distinctos homens, como são aquelles que compõem a regeneração, sentindo que elles, fazendo a devida justiça ao seu talento e á sua propria intellectualidade na governação do estado, não variassem por mais pontos a sua attenção, provendo ás necessidades instantes que o paiz reclamava, sem a satisfação das quaes pôde um governo durar muito, mas não pôde durar com a consciencia de ter cumprido o seu dever. Nós não estamos realmente tão pobres que precisemos de importar de paizes estrangeiros, nem ir rabuscar com mão patriótica as opiniões deste, os usos daquelles, as leis na republica, os costumes d'aquelle estado, para virmos fazer uma edição de tudo isto, como um specimen de condições especiaes e unicas para a governação publica. Todos nós sabemos o que por lá vae; todos os que temos olhos o vemos; mas é preciso deduzir com critica, e sobretudo com inteira exclusão de baixa politica.

O sr. Casal Ribeiro escreveu no seu relatório — que até á memoravel epocha da apparição deste documento, quasi tudo o que se havia feito em instrucção publica nascera á sombra da politica —. Quasi tudo o que se havia feito em Portugal sobre instrucção publica até á apresentação do seu relatório foi feito á sombra de politica. Lá está.

E este relatório foi feito ao sol das doutrinas; mas ao sol refrangido pelo prisma das ultimas impressões mal curtidas e mal cozidas; pelo prisma do embasbacamento e admiração que causa um dito agudo, uma medida audaz; por uma fascinação repentina, que fez passar tudo isto como o ponto final da sabedoria, como o codigo da sciencia!

«Politica de moderação». Moderação na tribuna! Eu mesmo sou moderado; ainda não deixei de ser moderado! Se eu respondesse a tudo que ouvi!

Politica de moderação na tribuna!... Politica de conservação pela historia pedimos nós (apoiados).

Olhem bem. Nós não pedimos mais do que a conservação das leis que regiam este paiz, sem nenhuma turbulencia de principios; não pedimos mais do que a conservação das leis que regiam este paiz com admiração de toda a Europa; porque eu julgo que até certo ponto nós devemos á permanencia e fiel observancia destas leis a liberdade de que temos gosado, de que todos nos gloriamos, mas de que muitos parecem já enfatiados; contribuindo assim para ac-

cender o fogo das discordias, não digo religio-
sas, mas politicas, sem necessidade, sem utili-
dade, sem fim e sem explicação possível (apoiados).

Nós estamos na defensiva. Nós dizemos —
o direito do paiz não é só a carta; o direito do
paiz é a carta com todas as leis constitutivas
que a acompanham. A carta é uma reunião
de principios, é um livro como muitos outros
livros. Se todas as nações se regessem pelos li-
vros que consignam a liberdade com a carta,
havia liberdade *escripta* para o mundo inteiro,
ainda que elle tivesse muito mais extensão do
que tem, podia até levar-se a outros planetas,
porque havia de sobejo para isso.

Mas a nossa liberdade não está só na car-
ta, não se sustenta só pela carta; a liberdade
deste paiz assenta na carta com todas as leis
civis e politicas que constituem a nossa socie-
dade.

E' isto que nós defendemos, e é isto que
nos vem atacar depois de trinta annos de uso,
em nome de uma theoria nova, que todos con-
hecem por velha, em nome de principios a que to-
do o mundo tem feito a devida critica, em nome
de principios mal trazidos de nações mais adian-
tadas do que nós, e que com outras fórmulas de
governo estão seguindo a mesma politica, por-
que o imperador dos francezes é historico, como
eu logo demonstrarei. E' historico, perfeitamente
historico.

E ai do partido que não tem historia! (Apoi-
ados.) Porque assim como a religião é um elemen-
to indispensavel de disciplina moral, a historia é
um elemento indispensavel de disciplina politica.
E só podem prescindir d'essa disciplina os ho-
mens de superior talento e os caracteres com-
pletos. Ora, os caracteres completos e os supe-
riores talentos são aquelles que têm tanta pers-
picacia para conhecer a verdade, como força
para propugnar por ella. E não tendo nós par-
tidos assim constituídos, o que nos cumpre? Es-
tar na defensiva.

Por isso digo e repito — estamos na defen-
siva. Não offerecemos batalha a ninguém, não
provocamos ninguém, estamos em nossa casa,
selvagens ou não selvagens, vivemos ha trinta
annos nesta selvajaria sem incomodar outrem
(apoiados).

E temos visto muito espirito illustrado de
muita nação mais adiantada do que a nossa,
vir pedir entrada nesta companhia; e ser este
exemplo da nossa vida invejado, e nossas dou-
trinas seguidas. E' melhor ter homogeneidade nas
doutrinas e liberdade espontanea, do que fazer
uma copia, e copia mal feita, de legislações que
parecem liberaes, mas que não são.

São liberaes com segunda tenção, porque
a estatua da liberdade foi sempre pintada com
os olhos no ceu, e a estatua da liberdade d'onde
nasceu o projecto não tem fixação de vista de-
terminada; está com os olhos constantemente pa-
ra um e outro lado, e até me parece que é *ves-
ga* (riso).

O acto politico da conciliação tambem eu
estava com elle; mas não é possível.

«Vamos a conciliar». Mas a conciliar o que?..
Se ninguém quer ser conciliado! «Vamos a pe-
sar a *oivo e fio* todas as liberdades deste proje-
cto, para todas as opiniões e parcialidades pre-
sentes e futuras». Mas a liberdade que se de-
creta não diz: «Quem quer liberdade, quem
precisa de liberdade? Ha' alguém que precise de
liberdade?» «Não senhor»; «então arrecade-a».

Se houver liberdades pesadas a *oivo e fio* pa-
ra os presentes e futuros, eu voto o projecto da
commissão, e digo que elle é o melhor.

Mas quem se ha de conciliar? Nós não nos
conciliamos. O partido realista? Esse tambem se
não concilia; esse aproveita e regista, e pede as
consequencias logicas das doutrinas que se apre-
sentam aqui (apoiados). As opiniões religiosas ex-
ternas? Tambem se não conciliam; essas não
me parece que se conciliam, essas exageram-se.

O que se diz no artigo 2.º importa o mesmo
que dizer — requeira ás côrtes quem quizer fra-
des —. Immediatamente no outro dia requeira-se
ás cortes (apoiados).

E mesmo o sr. Alves Martins não se póde
conciliar, é impossível. Elle disse e disse com
razão: «Venderam-se os bens das freiras e deram-
se-lhes inscripções; faça-se o mesmo para os fra-
des, e em pouco tempo requeira quem tem di-
reito para reclamar». E quem diz isto é um
homem que reúne em si estas duas naturezas —
homem d'estado e homem religioso. Por um lado
diz isto, e como homem d'estado diz: «Esta abun-
dancia de inscripções mata-nos; é impossível con-
tinuar no caminho que vamos». Aqui está
como é inconveniente dar duas naturezas a um
homem. E' o inconveniente pratico das congre-
gações religiosas, porque põe em duvida e em
luta o dever do homem d'aquelle estado, o dever
do cidadão, ao qual segregaram da cidade, obri-
gando-o a sujeitar-se á negação da liberdade
desde os primeiros annos.

Então quem se ha de conciliar? Havemos
de conciliar-nos com as opiniões dos que estão
á espera de que o estado se ache em melhores
circunstancias para pedir que lhe paguem os
bens das comunidades? Só se for uma concilia-
ção interina até que chegue essa medida.
Não é possível essa conciliação.

E depois a conciliação é boa, não ha du-
vida alguma, mas não é para tudo, nem em
tudo. A conciliação levada a este ponto é uma
hypothese que não podemos considerar, porque é
uma revolução neste mundo.

Não ha lei, nem tribunaes, nem parlamen-
to, nem auctoridades, nem força publica, nem na-
da, nem palavra; mesmo talvez para perguntar
um individuo a outro: «Como está, se está bom»;

e aquelle a quem se pergunta na situação de
dizer d'este modo que sim (fazendo um movimento
affirmativo com a cabeça).

A conciliação era boa, magnifica, mas não
póde applicar-se por este modo. Já se disse em
quanto á conciliação que ha duas correntes, uma
para baixo e outra para cima, e que o governo
fica no meio. Então as funções do governo eram
modestas e faceis, porque ficava sendo uma espe-
cie de marco hydraulico para marcar as descidas
e subidas das aguas nas diversas correntes. Dis-
se-se o governo fica no meio, mas entre todas as
paixões, superior a todas ellas. Os partidos cada
um vae para estes extremos, e o governo fica as-
sistindo de braços cruzados, vendo cada um dis-
tanciar-se mais, e todo o seu officio é marcar a
quantos kilometros de distancia estão uns dos ou-
tros, e mostrar que as opiniões são cada vez mais
extremas. Não é possível. A conciliação foi ten-
tada por sete ou oito leis.

«E o desgraçado projecto das irmãs de ca-
ridade portuguezas!» Ora como é que se póde
censurar no governo um bom desejo? E' um ab-
surdo. E falla-se em espirito de conciliação! Não
são aquelles que querem a conciliação que podem
accusar o governo.

Póde-se dizer que andou com demasiada boa
fé, acreditando que se podia a cousa fazer. «Nós
temos antecipado as proposições da commissão.
Congregações religiosas com prelado estrangei-
ro, não as queremos, irmãs de caridade france-
zas com prelados estrangeiros de maneira nenhuma.
Venham as portuguezas com prelados portu-
guezes. Venham as irmãs de caridade dentro dos
termos das leis por que a sua introdução deve
ser regulada, e segundo os limites da igreja».

Fez-se tudo isto. Todos reconhecem a boa fé
com que, por parte do governo, se andou n'este
negocio. Chegou até a haver illusão de que as
irmãs de caridade cumpririam fielmente as ordens
do governo, e por isso esperou o governo tanto
tempo. E' mais uma prova de moderação.

Dizia-se que a reacção não existia. Eu re-
putava que havia reacção, e nem me atrevia a
perguntar-lo, porque julgava uma tal pergunta of-
ensiva.

Que existe reacção clerical e religiosa de-
monstra-se até *a priori*. E se não ha duvida que
existe, o que cumpre fazer? Moderar, regular a
instituição do clero. Mas como regula-la sem a
opprimir? Como tirar-lhe as vantagens de que
está de posse, sem que ella faça sacrificio da sua
consciencia, sacrificios dos seus direitos?...

A questão é — se essa entidade está em cir-
cunstancias anormaes extraordinarias.

Examinado este ponto, o que nos cumpre é
dar providencias, respeitando-a sempre para que
não abuse da sua sagrada missão, para que não
abuse tão escandalosamente como o está fazendo.
(Muitos apoiados).

Já disseram porém agora — que havia reac-
ção; que a havia e ha de have-la sempre; por-
que é uma necessidade do espirito humano, por-
que é a liberdade —. E é tudo isto.

Até aqui o clero estava contente, e agora
está descontente. Ha reacção: excellente. Até
aqui o clero não fallava contra as instituições do
paiz, e agora préga contra ellas. Ha reacção:
excellente. Até aqui os discursos que n'esta casa
se haviam proferido, não excitavam as paixões,
e agora excitam. Ha reacção: excellente. Até
aqui não havia uma só questão com a qual vo-
tassem os representantes do partido realista, e
agora não acontece outro tanto; já elles decla-
ram alto e bom som — que é um principio para
chegarem aos seus fins. Excelente. Até aqui os
bens das freiras não tinham consideração, e da
parte do clero não havia repugnancia nenhuma
em que elles se vendessem; agora estão sendo
assumpto para torturar as consciencias d'aquelles
que têm um espirito mais fraco, que acreditam
em todas as patranhas que lhe dizem. Excellen-
te? Não, escandaloso (repetidos applausos).

Nas igrejas, aos feis ajoelhados na presen-
ça de Deus, diz-se-lhes: «Levantae-vos: Deus
não perdoa o vosso peccado; porque (em confor-
midade com as leis do paiz), comprastes bens
que eram das freiras (que eram do estado e que
para o estado voltaram com uma retribuição mais
larga de que tinham)».

Vão os padres ao pulpito, e fazem d'elle o
index expurgatorio: «Este livro é protestante, é
anti-religioso, é heretico». Dizem elles; e, no
meio de quantos absurdos lhes vêm á cabeça,
contrarios á dignidade e á intelligencia humanas,
parodiando as fogueiras da inquisição, lá se quei-
ma o livro. Como se os pensamentos se podessem
queimar!

Já os padres queimam os livros no pulpito!
Muito bem — Não temos ainda inquisição, mas te-
mos o simulacro d'ella (muitos apoiados).

A's duas, ás tres, ás quatro horas da noite,
com grande indifferença das auctoridades admi-
nistrativas, abrem-se os templos; entram em chus-
ma, em confusão de sexos, homens e mulheres car-
regados com as mercadorias que hão de levar á
praça; e fazem do templo de Deus o mercado
para onde se dirigem. (Vozes: — Muito bem.) So-
be o padre ao pulpito, pronuncia a sua salutar
pratica, e deixa no espirito dos feis a incerteza
e a duvida (muitos apoiados).

Ora, se tudo isto é assim, se todos reconhe-
cem que é, como não considerar esta lei como
uma lei de circumstancia? Grande responsabi-
lidade caberia aos homens publicos que não trata-
sem de providenciar a este respeito.

Quando o partido clerical tem escrúpulos de
consciencia; quando falla com moderação; quan-
do junta á expressão do seu voto a recommenda-
ção de uma virtude incontestavel, é preciso ouvi-
lo; tanto mais que as suas funções são privile-
giadas e respeitaveis, porque então é o orgão de

Deus. Mas quando o partido clerical préga o odio
às instituições e a todas as conquistas da liberda-
de, substitue á dynastia outra dynastia, e chama
o povo á revolta, então o partido clerical é um
partido politico, está na regra do direito com-
mum; então ha direito a reprimi-lo, como a to-
dos os partidos que não obedecem ás leis e trans-
tornam a ordem publica (repetidos apoiados).

Isto foi dito no parlamento belga por um
ministro de um governo o mais severo e conscien-
cioso respeitador de todas as opiniões e de todas
as consciencias; porque a Belgica é modelo nas
lutas da liberdade, mas da liberdade igualmente
mantida, não priva nenhum dos partidos politi-
cos dos direitos que lhes pertencem, não offende
ninguem, mas tambem não se suicida (muitos
apoiados).

Não ha reacção! «Se o Fagundes, que é um
insignificante, escreveu um livro que não devia
escrever, applicuem-lhe as leis de imprensa!»

Nós não temos medo do que o Fagundes
escreveu. Do que tomámos nota é do que elle
diz que ha de fazer, é do plano das suas empre-
zas.

Mas ha immensos Fagundes, que têm usa-
do mal da liberdade de imprensa.

Ah! Elles escrevem contra a dynastia? Hão
de ensinar contra a dynastia; ensinem. Escre-
vem contra a liberdade? Hão de ensinar contra
a liberdade; ensinem. Escrevem que a abolição
dos dizimos foi uma peste? Hão de ensinar-o ás
creanças; ensinem. Dizem que a tribuna é uma
peste e os deputados são herejes? Isso não dizem
elles só (riso); a respeito de alguns é preciso
que o ensinem ás creanças, para que se fique sa-
bendo e passe de geração em geração, que no an-
no de 1862 houve deputados herejes; que o fo-
ram como todos os reis de Portugal, como o des-
embargo do paço, como todos os christãos e
christianissimos d'esta terra (repetidos applau-
sos).

Se estas doutrinas, se estas opiniões, formas-
sem um partido, era uma desgraça. Mas não for-
mam, eu faço justiça; formam uma situação. E'
uma imprudencia, que é o mais provavel; ou é
simplesmente uma homenagem a um talento pri-
vilegiado, uma fraqueza.

O sr. Casal Ribeiro podia ter esta opinião
isoladamente, e até sustenta-la, mas era para a
ter isolada.

O primeiro dever dos homens publicos é cal-
cular bem que as suas opiniões reflectidas no seu
partido podem prejudicar a esse partido, e n'este
caso fazer todas as diligencias para que não che-
gue o extremo de se repetir para os partidos
aquella phrase — senão, não —, que se repetiu ao
rei e ao povo, porque o rei e o povo n'este pon-
to são o mesmo.

Era necessario que consultasse o seu parti-
do e lhe dissesse: «Eu tenho esta opinião»; mas
arrastar uma parcialidade pela impressão do dia,
fazer-lhe um mal, que de certo não estava na sua
intenção, foi uma indiscrição.

E graças ao sr. Fontes, porque o seu dis-
curso de hontem rehabilitou até certo ponto o
partido a que pertence.

Eu não digo que o sr. Casal Ribeiro n'uma
phosphorescencia doutrinal (riso) compromettes-
se momentaneamente o seu partido, e por isso
chamei a isto uma situação...

O sr. Casal Ribeiro: — Nós cá nos arranjà-
mos.

O Orador: — Lá se arranjam, até quando
se podem arranjar! (Muitos apoiados).

A questão é velha, velhissima, secular; mas
está remoçada por um certo colorido que rece-
beram estas doutrinas liberaes voltadas e inter-
pretadas para proteger os interesses dos partidos
e das opiniões que não quizeram nunca a liber-
dade, porque a verdade é que ha partidos que
não a quizeram nunca, e outros que se arrepen-
deram d'ella (muitos apoiados). Nós temos tam-
bem liberaes arrependidos.

No fogo das paixões politicas, n'aquella glo-
ria, n'aquella inquietação pela vista inesperada
das familias, no meio do amplexo dos amigos, en-
tre as salvas da artilheria, com um reflexo da
obediencia monastica, sancionaram-se todas es-
sas leis santas, santissimas, reformadoras.

Foram os frades abaixo, as pessoas que es-
tavam costumadas a receber d'elles contempla-
ções entraram a sentir a falta dos frades. Foram
os dizimos abaixo; entendeu-se que por um prin-
cipio de igualdade se deviam abolir, e entraram
depois a sentir a falta d'elles. Foram-se ás mili-
cias e tambem as deturam abaixo. Creio que os
lavradores não sentiram a sua falta (apoiados);
mas os commandantes, os que tinham principios
de vaidade, começaram a senti-la. De maneira
que ha liberaes arrependidos, liberaes de boa fé,
que são liberaes salvos os seus arrependimen-
tos (riso).

Mas a questão é esta. Affigure-se um d'es-
tes homens depredadores, que cáe n'um campo,
que não reconhece o direito de propriedade a
ninguem, que se declara senhor absoluto por di-
reito imprescritavel e imprescriptivo de tudo o
que ali está, que salta todas as sebes, que toma pos-
se de todas as searas, e que espanca todos os do-
nos de todas as propriedades. A final deram-lhe
um quinhão, e como se viu proprietario foi obri-
gado a reconhecer o direito de propriedade, quan-
do até ali não reconhecia senão o da violencia;
mas logo com a mesma auctoridade, com as mes-
mas pretensões que tivera, disse a todos os seus
companheiros da propriedade: «Tudo isto que
vós tendes é meu; d'antes era em virtude do di-
reito da força, agora é em virtude do direito da
propriedade».

Affigure-se um lutador singular que tinha
andado sempre em pendencias e lutas com ou-
tro, sem se poder por largo tempo decidir qual

levava a melhor. A final venceu-o, e deixou-se de
mais lutas. O vencido; mas não opprimido, logo
que se viu livre das prepotencias do seu compe-
titor, entrou a gritar-lhe: «Este campo que nós
ensanguentámos é melhor lavrarmo-lo ambos,
façamos parceria n'esta terra, vamos a agricul-
ta-la em commum». «Pois vamos», disse o ou-
tro.

Estes symbolos do lutador e do depredador
representam perfeitamente a questão sujeita. O
partido absolutista, que não queria reconhecer
a liberdade para ninguém, que a contestava, que
se reputava só a si livre para opprimir, sendo
vencido disse: «A liberdade é de todos; já reco-
nhecemos o direito de propriedade, vamos a
fazer parceria». Nós aceitámos a parceria agri-
cola, não ha duvida nenhuma; mas hão de tra-
balhar adiante de nós, porque alias podem dar-
nos com as enchadas na cabeça (riso).

Diz-se: «Estas precauções são desnecessa-
rias, porque a liberdade é eterna; confiemos n'el-
la, não devemos ter receio da reacção». Aqui da
parte de uns ha sophisma, da parte de outros ha boa
fé e ignorancia, filha dos poucos annos. Estes sa-
bem como a liberdade se pratica, porque nasce-
ram n'ella; mas não sabem como ella se perde,
porque não a viram perder, nem sabem quanto
ella custa a ganhar (apoiados).

E sempre que ella se perden foi ao som das
mesmas vozes, das mesmas invectivas, dos sarcas-
mos que oigo agora; foi apodando-se de irreligio-
sos e herejes os que receiavam por ella. Não se
repetem agora estas vozes com a mesma inten-
ção, nem saem dos mesmos peitos; mas é preciso
conhecerem-se estas affinidades historicas para se
precatarem (apoiados).

«A liberdade é eterna, é immensa; confie
n'ella». E ao mesmo tempo disse-se — que o que
tornava este projecto perigoso era uma grande
indifferença politica, que havia n'este paiz —.
Pois se ha indifferença politica, que é o ele-
mento que póde gerar as demasias do poder, a
que vós agora daes enchanças, retire-se o proje-
cto e guarde-se para outra occasião.

Diz-se: «Ha indifferença politica». Pois en-
tão se a liberdade se julga desarmada não solteis
os inimigos contra ella. A liberdade é eterna, é
immensa. Mas as instituições liberaes não se fize-
ram para reptos nem para duelos. Se a liberdade
póde, conservem o seu poder para lançar sobre
o paiz os beneficios da sua luz. Se a liberdade
póde, e tem direito a poder, e póde pelas con-
quistas que fez, que sustenta e que deve conser-
var, então como póde, soltemos contra ella o fa-
natismo, as falsas virtudes, as preocupações;
lancem-lhe os grilhões de todos estes inimigos da
paz publica! Defenda-se a liberdade depois
de desarmada, defenda-se depois de exaggerado
o seu poder para se armarem lutas desnecessa-
rias!

A liberdade depois de conquistada não é
para isto, é para dominar, para doutrinar para
disciplinar, para moralisar e para felicitar. Que-
rem lutas? O pensamento é ridiculo, e as phra-
ses não podem deixar de o ser. Elles vão desafi-
ar a liberdade á porta — saia cá para fóra, ve-
nha cá medir-se conosco.

Os partidos todos tendem a exaggerar as
suas pretensões, e quando ellas estão nos espiri-
tos muito elevados e nas imaginações vivas, es-
sas exaggerações tomam até fórmulas litterarias.
Ha este furor pelos combates da liberdade. Estão
cansados de tanta paz; querem que lhes simulem
os combates de outras eras. E' uma viagem histo-
rica que querem fazer. Nós não assistimos a es-
ses combates; desafiemos a liberdade.

E' uma recreação archeologica. Componham
o seculo XIII, componham-n'o para meu recreio.
Estabeçam o poder feudal, o poder dos padres;
estabeçam um certo simulacro d'esse antigo po-
derio. Agora bote-se-lhe a liberdade para ver o
que elle faz. Eu estou de cima assistindo a estes
brincos n'este circo politico, n'este jogo de feras.

Ora, é preciso saber que os espectadores são
diversos. Aquelles que poderiam em tal caso fi-
car simples espectadores arriçam-se á luta; mas
aquelles que haviam de ir para o numero dos
vencidos, não querem já viram.

O assumpto é serio. Mas esta phantasia as-
similha-se á de um inglez, que foi a um con-
vento aqui em Lisboa pedir: «Façam a alleluia...
(porque já tinha passado o dia e tinham-lhe a clo-
giado muito), façam a alleluia hoje, que eu pago
as despesas todas» (riso).

Estas despesas, no nosso caso, são sangue,
são lagrimas, o soffrimento (repetidos apoiados).
Nós vimos e soffremos.

Agora porém que a liberdade póde (e póde,
porque conquistou e ganhou), ella sabe o uso que
tem afazer das suas posses. Se tem entesourado
os seus recursos, não é para os prodigalizar, nem
ha de prodigalizar-las á voz e á phantasia de qual-
quer cidadão desta terra; ha de empregá-las em
beneficio da civilização, de quem é parceira; ha
de empregá-las para pôr os cidadãos d'este paiz
no gozo omnimodo de todos os direitos compati-
veis com a ordem publica, e para trazer á sua
administração todos os beneficios de que devem
levar este povo pequeno, mas de nobre e exqui-
sito caracter e condição, a ser um povo typo em
virtude e em tolerancia, em bravura, em generosi-
dade e em horror ao sangue (muitos apoiados).

Eis-aqui para que nós queremos a liberda-
de; não é para divertir os partidos politicos.

Eu estou cansadissimo, e ainda não entrei
na materia (riso). Os meus collegas riem-se, sup-
põem que eu não entro n'ella, pois estão engana-
dos.

«Privilegio, diz o illustre relator da commis-
são!» Levantou-se com a palavra corrente e o
gesto vibrante em diversas direcções d'esta as-

semblé. «Privilegio para ninguém, nem para a acção nem para a palavra».

Privilegio a quem? Privilegio na tribuna? Nunca o tive nem o procurarei ter. Privilegio na privança? Nunca a solicitei nem pedirei. Privilegio na consideração dos meus parceiros políticos? Nunca a disputei. Privilegio em que? N'um só ponto — em defender a minha opinião e a minha boa tenção, pedindo a todos que me acreditem, e quando me não acreditem me demonstrem que ando errado.

Privilegio para as prerogativas da coroa? Estão enfadadas as prerogativas da coroa com as minhas pretensões, com as minhas solicitações, com as minhas ambições: não as incomodei senão para me perdoar o mal necessario que eu tinha feito á minha terra, tomando armas para defender as liberdades publicas, ameaçadas e ultrajadas; ameaçadas umas e ultrajadas outras; que governos estonteados de reacção em reacção, de oppressão em oppressão, fizeram passar esta terra e a coroa deste paiz por duas ignominias: a coroa por uma ignominia — a da invasão de forças estrangeiras! Privilegio nem para mim nem para ninguém: para mim nunca.

Dever para as liberdades publicas, dever para a constituição, dever para a boa e paternal regencia destes povos, dever para a manutenção do governo constitucional no seu espirito e na sua letra, e dever para mais nada. Privilegio nem para mim, nem para ninguém; nem para a acção, nem para o silencio, nem para a mudez, nem para a inercia, nem para a palavra, nem tão pouco para as ambições caprichosas, ora fastiantes, ora soffregas, que querem fazer a seu capricho uma lei para o chefe do estado.

Dois reis!... (Riso.) Eu não me alongo sobre o assumpto que provocou a hilaridade do illustre deputado que eu estimo e respeito; discuto com elle, como se deve discutir, porque é cousa pueril que depois de trinta annos de vida publica se venham fazer regulamentos rhetoricos, para se saber como cada um deve dirigir os seus discursos, e se venha estabelecer um lazareto até para a arte de fallar. E' uma ironia contra o orador de espirito! «Falle n'isto, modere a sua rhetorica, as figuras são fortes».

Nestas lutas da intelligencia não ha regras senão a boa educação, os bons termos, e o expediente que não sacrificas as suas fórmulas a uma certa polidez no rigor da transacção universal, da conformidade universal, da sciencia universal, da moral universal e do *amen* universal.

Dois reis!... Isto são resabios de umas certas preocupações de governo pessoal, passadas de outro tempo para cá.

O governo pessoal é um mal, um grande mal, e o abuso do rei é um grande abuso. Mas todos temos deveres, e quando as opposições se personalizam, autorisam o governo pessoal. As opposições pessoas e só pessoas são um abuso, e a degeneração do systema representativo corresponde outra degeneração, que é o governo pessoal de rei.

Sr. presidente, o governo pessoal que é um horror, um mal, uma aberração, menos para certos espiritos, é um horror digo, em quanto não é feito em seu proveito, e grangeado e solicitado por modo que a dignidade dos homens publicos, e o systema representativo não conheçam nem tolerar.

Dois reis!... Porque? Porque é ministro um cidadão, um homem publico, um homem liberal (apoiados) que se não arrependeu? (Apoiados.) Não é como marquez, nem duque. E' um cidadão deste paiz; e eu respeito todas as classificações sociaes: elle tem classificações de familia, mas aqui é homem publico e mais nada.

E' porque este homem se conservou em dois ministerios? Conservou-se, e elles é que justificam a conservação. Conservou-se em um ministerio que tem tido um pensamento unico, por que elles dizem que é o unico que poz como condição indispensavel da sua politica — o pensamento de resolver as questões de influencia clerical, e estabelecer o ensino na base em que deve estar.

E porque este pensamento tem gasto uns poucos de caracteres, e tem sido necessario fazer umas poucas de reconstrucções ministeriaes, mas sempre com o mesmo fim, com este mesmo intuito, imagina-se que é uma grande offensa ao systema representativo que uma cabeça physica, que teve sempre este pensamento, seja a cabeça politica d'este ministerio.

Sr. presidente, a historia do presidente do conselho de ministros eu não a quero trazer para aqui, porque têm havido ministros em volta de presidentes de conselho que não tinham pensamento nenhum, nem elles nem os presidentes do conselho. Mas nenhum.

A organização actual é a applicação das theorias da liberdade de ensino. Positivamente.

Isto é já um grande resultado de um partido que tem crenças proprias, crenças suas, e para ser coherente é livre ensina-las e pratica-las, porque na pratica não se comprehende só a liberdade de ensinar, a liberdade de escrever, comprehende-se tambem a liberdade de governar. E um partido que tem certas opiniões e certas crenças, pôde governar só com essas crenças.

Mas nada d'isto se comprehende aqui, e a politica fina é fazer organizar ministerios como se recrutava antigamente para a marinha; sairem os solicitadores politicos, como saem os empregados do recrutamento, e apanhar os primeiros que virem.

Não quero comparar as condições sociaes com as condições politicas, mas apanhavam o barbeiro, o carpinteiro, o pedreiro homens, sem vida e sem casa, mettiam os n'uma nau e diziam — á! Virar! Ao sexto da gavela! e os homens ficavam espantados não entendendo nada d'isto. Um go-

verno feito assim é que se entende ser o supremo do governo, e fica então o governo como uma tripulação bisonha que faz uma viagem para a India (riso).

E o bispo de Poitier? O bispo de Poitier aggravou o imperador dos francezes. O Imperador dos francezes pediu uma explicação a sua santidade, e a explicação foi publicada no *Moniteur*, e acabou tudo ali, porque em França ha discricção e juizo, acrescentou o illustre relator da commissão.

Muito bem. Aqui appareceu n'um jornal estrangeiro uma nota que se attribuiu a um embaixador de uma potencia estrangeira, e o rei julgou-se offendido n'esta publicação.

Em França, porque ha discricção, pediram-se explicações, deram-se e foram publicadas n'um jornal. Aqui não sei se as houve, não sei se se pediram, o que sei é que não appareceram publicadas. Eu peço portanto ao illustre relator da commissão, em nome da discricção, que elege o *Diario de Lisboa* á categoria de *Moniteur*, e que dê as suas providencias, ou que as mande dar por pessoa competente, para que a satisfação dada pela côrte a quem alludo seja publicada no *Diario de Lisboa*, ainda mesmo no caso de ser sancionada a doutrina absurda e um pouco relaxada, apresentada n'esta casa, de que as satisfações se aceitam como se dão, e que dada uma satisfação é desde logo aceitavel.

O caso é que o *Diario de Lisboa* ficou silencioso, e que esse rei mancebo, ao qual se pôde já render um preito de saudade e de admiração (apoiados), sem nos ser prohibida a expressão d'esse sentimento em nome das doutrinas constitucionaes, sem que se extenda a inviolabilidade da coroa alem da sepultura, e sem que os homens constitucionaes sejam obrigados a deixar sem as perpetuas da saudade o tumulo do principe que governou esta terra no espirito liberal (apoiados); esse rei, como se fosse um rei responsavel pelos seus actos, tendo de prover só á sua honra, julgou que podia praticar um acto de reprovação cavalheiresca ao proceder ao embaixador, e disse: Esse embaixador offendeu-me; não entre em minha casa». Eu louvo o rei, e a historia ha de tambem louva-lo (apoiados). Louvou-o já, porque a inviolabilidade é uma lei para os vivos, mas não é uma oppressão da saudade e do respeito, não priva os meritos da estima do paiz, nem do justo galardão a que têm direito as suas acções (apoiados).

Fez muito bem. Fez muito bem. N'um paiz pequeno, constitucional, ou não constitucional o rei deve ser forte, forte dentro da lei e não mais do que a lei, e sobretudo attento a não deixar, quanto as suas forças o permitirem, menoscabar o seu paiz, a sua coroa, sem deixar faltar ao respeito ao seu povo, nem empanar as glorias da sua nação.

Deixemos de lado essa pobre Italia, cujos destinos estão entregues a espadas valentes e a corações generosos (apoiados).

(Continúa)

CORRESPONDENCIAS

Sr. redactor.

Ovar 31 de maio

Peço-lhe a publicação no seu jornal da certidão inclusa.

Eis ali uma prova de que o administrador deste concelho não para na torrente d'abusos prepotencias e crimes com que vae arrastando a sua vida administrativa.

Aproveitando-se d'uns poucos de homens — quatro dos quaes são vereadores um regedor outro juiz eleito — que estão abaixo de toda a critica, e que por isso se prestam a servirem-lhe de instrumentos para a realisação de seus fins e satisfação de suas paixões ignobes e mesquinhas, e achando ainda pequeno o escandalo do anno proximo passado, quiz este anno um novo crime.

Pronunciados estes dignos cidadãos ha um anno, pronunciados este anno, se-lo-hão tantas vezes quantas convier e aprouver ao administrador do concelho, que não é homem que recue ante o crime quando elle é mister para conseguir os seus fins.

Seria isso uma cobardia de que elle não é capaz.

Depois, está demasiado velho para que agora se emende.

Continua pois o sr. administrador do concelho o seu caminho, que eu, para honra e gloria sua, irei apontando ao publico os seus feitos.

M. O. Aralla e Costa.

CERTIDÃO

Ignacio Joaquim da Fonseca, escrivão do juizo de direito da comarca de Ovar, por Sua Magestade Fidelissima, que Deus guarde etc.

Certifico que em meu poder e cartorio existem uns autos de querrela dada pelo ministerio publico nesta comarca, contra a commissão recenseadora deste concelho pela não inscripção no recenseamento dos cidadãos os bachareis Domingos Manuel de Oliveira Aralla, e Manuel de Oliveira Aralla e Costa, desta villa, como quarenta maiores contribuintes, e de setecentos e vinte e quatro cidadãos pertencentes ás companhias de pesca desta villa, em que a mesma commissão ficou pronunciada, como consta do despacho de pronuncia do theor seguinte: — Os depoimentos das testemunhas do presente summario indicam os querellados Manuel Bernardino de Carvalho, de S. João, — José Rodrigues Casaco, da Praça, — José de Sousa Azevedo, da rua dos Lavradores, — Antonio Manuel da Costa e Pinho, da Praça, — Antonio José da Silveira, do Seixal, todos desta villa, — e Manuel Augusto da Silva, e Joaquim Manuel da Fonseca Guerra, ambos de Val-

lega, — o primeiro na qualidade de presidente, e os outros na qualidade de membros da commissão do recenseamento d'este concelho, por terem deixado de cumprir as sentenças deste juizo que mandavam inscrever na relação dos quarenta maiores contribuintes os bachareis Domingos Manuel de Oliveira Aralla, e Manuel de Oliveira Aralla Costa; e por terem deixado igualmente de inscrever como eleitores os sete centos e vinte e quatro cidadãos pertencentes ás companhias de pesca desta villa, tendo sido previamente notificadas aquellas sentenças, e despachos ao presidente da referida commissão, na conformidade do paragrapho primeiro, artigo decimo setimo da carta de lei de vinte e trez de novembro de mil oitocentos cincoenta e nove; e a ninguém mais indicam. Estes factos são inculcados, e punidos pelos artigos trezentos e trez do codigo penal, e cento e vinte oito, paragrapho primeiro e segundo do decreto de trinta de setembro de mil oitocentos cincoenta e dois, confirmado pelo artigo quarenta e cinco da sobredita carta de lei. Hei por encerrado o summario. O escrivão lance seus nomes no relatorio dos culpados, e passe as ordens necessarias para os sobreditos querellados serem presos, e conduzidos ás cadeias desta villa, com a declaração porem, que a prisão pôde ser substituida pela fiança, quando por elles seja requerida, e communique-se este ao ministerio publico para os effectos legais. Ovar, sete de maio de mil oitocentos sessenta e dois. — Sousa Brandão. — O que tudo aqui fielmente fiz passar por certidão dos proprios autos, a que me reporto, com os quaes, e com outro escrivão comigo ao concerto assignado, esta conferi e concertei nesta villa de Ovar aos vinte e seis dias do mez de maio do anno de mil oitocentos sessenta e dois. Eu Ignacio Joaquim da Fonseca a subscrevo, concertei, e assigno

Ignacio Joaquim da Fonseca.

Escrivão,

Bernardo Ferraz de Abreu.

Sr. redactor

Concelho de Vagos, 31

de maio de 1862.

Acham-se finalmente em cobrança n'este concelho as contribuições pertencentes ao anno de 1861.

Tive occasião d'ir á recebedoria para ver se encontrava alguma tranquiernia, das que costuma praticar o eximio escrivão de fazenda, e mesmo para saber se elle tinha cumprido as promessas que fez em abril do anno passado. Não padece duvida, o homem tem palavra, cumpriu á risca o que prometteu: «Os que votarem no José Estevão augmento-lhe a décima, os que votarem no Manuel Firmino diminuo-lhe a que podera».

Vi Antonio d'Almeida Ribeiro, a melhor casa de fazendas que ha em Sôza, collectado em trez mil e tantos réis; Antonio Fiel Mourão, que troca a sua casa com aquella Almeida, e volta alguns centos de mil réis, collectado em vinte mil e tanto: este votou em José Estevão, aquelle em Manuel Firmino. Antonio dos Santos Soares collectado em 111 rs., e José dos Santos Soares em 15700 rs.; este não quiz intervir na eleição, aquelle acompanhou o escrivão de Fazenda ganhando 300 ou 400 rs. diarios.

Estes dois individuos são irmãos, e possuem ambos os mesmos haveres.

João Ferreira da Cruz collectado em 115000 rs., e José Caetano Santiago em 155000 rs., este lavrador, e aquelle proprietario: este votou em José Estevão, aquelle em Manuel Firmino.

Finalmente, assim como estes vi outros muitos: posso até affirmar que os 125 eleitores que votaram no Firmino, não pagam metade, e alguns uma terça parte do que deviam pagar, mas sobretudo o que mais me fez apurar foi a collecta de Antonio d'Almeida Ribeiro 35000 réis!!...

E quer o sr. delegado do thesouro conservar a todo o custo neste malfadado concelho um homem vingativo e mesmo sem consciencia como o sr. Alexandre Ferreira Diniz? Terá talvez o sr. delegado algumas instrucções particulares para deixar esgotar a este infeliz povo os ultimos recursos, e ver-se na dura necessidade de procurar por meios violentos a justiça que lhes assiste?

O escrivão de fazenda deste concelho já foi accusado n'esse jornal de conueccionario, de cuja accusação essa illustre redacção nomeou testemunhas, e o sr. Diniz não se defendeu, nem o sr. delegado cumpriu o seu dever remetendo ao poder judicial o n.º 83 do *Districto de Aveiro*. O sr. Vidal já provocou por duas vezes o escrivão de fazenda, e por duas vezes pediu ao sr. delegado do thesouro se dignasse vir a este concelho analisar esse montão de papeis chamado matriz, tomando informações com pessoas desinteressadas, mas o sr. delegado chamou-se ao silencio.

Constou aqui que o sr. delegado do thesouro tenciona vir a este concelho visitar a reparação de fazenda, mas logo em seguida nos constou, que elle resolvera o contrario dando por desculpa, que não faria obra por correspondencias anonymas. Pois os artigos d'uma redacção, ainda que não vão assignados, julgam-se correspondencias anonymas? Não é por ventura o editor responsavel por todos quantos artigos se escrevem, embora sejam anonymos? E as correspondencias do sr. Vidal assignadas com o seu nome por inteiro, tambem são anonymas? Anonymos, sr. redactor, são os individuos que aconselham o sr. delegado do thesouro.

Nos negocios da reparação de fazenda des-

te concelho, anda não encoberta, o sr. delegado não faz caso das queixas deste infeliz povo, expressadas pela imprensa, e nem mesmo dirigidas verbalmente a este sr., como consta que já lhe foram expostas, e não mudará talvez da tenção que forma, sem ver este infeliz concelho resolvido a desforçar-se per si dos ultrajes feitos pelo escrivão de fazenda.

Concluindo, supponho, que casos como os que se estão dando neste concelho, é que obrigaram os nossos irmãos do Minho a reclamar pela bocca do arcabuz, visto que as auctoridades não attendiam ás suas tão justas reclamações verbaes, porque a contribuição predial, longe de ser augmentada pelo governo, foi por este diminuida 5% nos addicionaes, e alguns escrivões de fazenda, pela sua má indole, fizeram a distribuição como a que estamos a ver neste concelho; é ás auctoridades superiores que cumpre vigiar os actos praticados pelos seus subordinados e são por elles os responsaveis.

Por ultimo, perguntamos, quem é o responsavel por qualquer excesso, que o pacifico povo deste concelho possa por ventura commetter visto que as suas queixas não são attendidas?

EXTERIOR

Dos jornaes recebidos hontem estrahimos o seguinte:

«Pariz, 22. — A *Patrie* diz que as povoações do Mexico manifestam sympathias pelos francezes.

O general Lorencez calcula que para 15 de maio se encontrará no Mexico.

O general Almonte marcha á frente de 5000 soldados de cavallaria indigena.»

«Vienna, 22. — Ha boatos de mudança de ministerio.

«Turin, 22. — Hoje ás quatro horas da tarde entrou Victor Manoel n'esta capital de volta da sua excursão a Napoles. O povo e as tropas fizeram-lhe entusiastico acolhimento.

O rei presenciou da janella do paço o desfilamento das tropas e da guarda nacional.»

«Londres, 22. — A Inglaterra acha-se de accordo com a Hespanha, e approvou completamente o proceder de seus plenipotenciarios no Mexico.

Ordenou ao seu ministro n'aquella republica, White, que volte ao Mexico, mas para ratificar com Juarez o tratado que este celebrou ultimamente com a Inglaterra.

«Pariz, 23. — O periodico *Espirito Publico* diz hoje que o conselho de ministros decidiu hontem que continuasse a expedição do Mexico.»

Turin, 23. — Diz-se que os governos de Pariz e Turin negociam n'este momento a respeito do projecto que, se se realisasse, reorganizaria completamente o governo pontificio. Roma, n'este caso, poderia enviar deputados ao parlamento italiano.

Por ordem do governo de Victor Manoel, fazem-se pesquisas em Milão para encontrar Mazzini, o qual se julga occulto n'aquella capital.

— Da «Correspondencia»:

«Pariz, 26. — O imperador, como consequencia da redução da força effectiva do exercito, decidiu dar uma nova organização ao corpo de occupação em Roma. O general Goyon volta para junto do imperador, e foi nomeado senador.

O artigo publicado hontem pela «*Patrie*» sobre a questão do Mexico, foi hoje reproduzido pelo «*Moniteur*».

«Ragusa, 26. — Os turcos tiveram perdas consideraveis no desfiladeiro de Longo.

«Londres, 26. — As noticias de Nova-York do dia 15, dizem que o corpo municipal de Nova Orleans foi preso, e que se proclamou ali o estado de sitio.

Em Memphis foi queimada grande quantidade de algodão, de assucar e de melao. Os federaes occuparam Norfolk sem resistencia.

Os separatistas fizeram ir pelos ares o «*Mer-rimac*».

Mac-Clellan acha-se com 20:000 homens em Richmond.

A esquadra federal atacou Mohila, mas não se sabe ainda o resultado do ataque.

Diz-se que o «*Monitor*» e outros novios federaes se dirigem a Richmond.

O bloqueio de Orleans, de Beaufort e de Port-Royal cessará em 1 de junho, debaixo de certas condições. O bloqueio dos outros portos continua. O mercado de algodões permanece paralyzado.»

«Pariz, 25. — A «*Patrie*» publica um artigo acerca da expedição do Mexico, no qual responde ás inculpações que se têm feito á França, por não ter cumprido o tratado de Londres. Diz que a Hespanha o tinha violado, apoderando-se por si só de Veracruz, e que é o general Prim quem tem continuamente faltado aos seus compromissos, porém que se a Hespanha se retira, não se retira a França. A «*Patrie*» queixa-se sobretudo, de que a alliança com a Hespanha se quebre unicamente pela temeridade do general espanhol, e sem o assentimento do seu governo, e de que tão grave decisão tenha sido tomada sem consultar o governo ou sem que o governo a desapprove. A «*Patrie*» diz que em França teria sido chamado a um conselho de guerra o general, que tivesse obrado por semelhante modo.

«Roma, 23. — No consistorio de hontem votaram pela canonisação dos martyres do Japão 23 cardeaes, e 120 bispos.

O papa, muito commovido, derramou lagrimas de satisfação durante o seu discurso, dando agradecimentos aos prelados.»

«Constantinopola, 23. — A Porta expediu uma ordem ao commandante do exercito da Herzegovina, para que ataque o Montenegro.»

VARIÉDADES

A morte de meu presado primo e dedicado amigo Francisco José de Oliveira Queiroz.

SONETO

Ao tumulto chamou tristonha a morte,
O mais bondoso cidadão d'Aveiro:
Mui grato aos corações este letreiro,
Impresso fica a mitigar o côrte...

«Vae prestante, varão, segue teu norte...
Sê no ethereo assento inda o primeiro,
Ensina aos anjos teu viver fúgieiro,
Que só a ti na terra coube em sorte.

Pae dos pobres! qual outro Cypriano (1)
Ao bem, á caridade sempre affeito,
Eras nobre, e honrado, e bom, e lhano.

Vae pois! que quem ganhou tanto respeito,
Quem nunca um acto praticou tyranno,
Não deve ás leis da terra estar sujeito.

Ilhavo 30 de maio de 1862.

Antonio José d'Oliveira Mourão.

NOTICIARIO

Expediente. — Para poder adiantar a publicação dos discursos pronunciados ultimamente na questão do ensino, damos hoje mais meia folha aos nossos assignantes. Apesar d'isso ainda nos ficam atrazadas algumas materias que fomos obrigados a preterir, para dar desenvolvimento nas nossas columnas á questão que mais tem preocupado na actualidade o espirito publico.

Então que é isto? — Estes dias tem sido avisados os policiaes, para fazerem ronda nocturna, e parece que para este fim tem sido encomodados os cabos não só das duas freguezias da cidade, mas tambem das freguezias circum-visinhas. Diz-se que é para obstar á revolução!

Á passo que isto se faz, sabe-se que andam por ali certos agentes a espalhar boatos aterradores, falla-se publicamente em projectos de revolta, e mandam-se emissarios a Ilhavo e á Vista Alegre para ver se de lá vem gente que ajude a levar á andar na proceissão!.. E quem o faz é gente conhecida como da mais particular confiança da auctoridade!

Querêrão lançar-nos poeira nos olhos?
É louvavel! — Consta-nos que apenas appareceram em Ilhavo alguns pasquins chamando o povo á desordem, os artistas da fabrica de porcelana da Vista Alegre se dirigiram ao sr. administrador d'aquelle concelho para lhe significar o seu apoio, e coadjuvação, no caso da ordem ser alterada.

Este brioso procedimento d'aquella patriótica corporação é digno do maior louvor, e mostra quanto ella sabe avaliar a conveniencia da paz e da tranquillidade publica para os interesses do importante estabelecimento a que pertence.

E vê-se d'aqui que todos os que pensam são contrarios aos tumultos que se pretendem agitar de novo no paiz, não pertencendo a esta regra unicamente meia duzia de especuladores que são capazes de se servirem de todos os meios, da politica, como da religião para chegarem ao fim porque almejam. O povo, o verdadeiro povo, esse odeia todas as perturbações da ordem, porque sabe que, no fim de contas, é sempre elle quem vem a pagar as differenças, tirando por unico proveito servir de degrau para os ambiciosos subirem.

Já está desenganado e tem razões para isso.

Correspondencia. — Enyriaram-nos de Vagos uma correspondencia, que fomos obrigados a publicar, pela pessoa que nol-a dirigiu, e pelo objecto e individuação de circumstancias de que ella trata. Modificamos, porem, algumas expressões que continha por nos parecerem demasiado severas para um funcionario a quem não ha ainda razão para pedir tão estreitas contas do seu proceder.

O assumpto della é ainda a questão do escrivão de fazenda d'aquelle concelho, em que já por vezes tem tomado parte este jornal. O correspondente reforça as accusações que lhe tem sido feitas, e especifica erros que houve no lançamento da décima, queixando-se de que o sr. delegado do thesouro não tenha ainda procedido.

Dizemos francamente que não nos parece que haja por em quanto razão nem para queixas nem para censuras. Que o sr. delegado do thesouro ainda não indicasse, não pode admirar-se; porque ainda tomou hontem, por assim dizer, posse do seu logar. Que ha de syndicar, como lhe cumpre, devemos esperal-o. Modere portanto o nosso estimavel correspondente a sua impaciencia.

Não acreditamos que nenhum funcionario publico diga que não faz obra pelos ditos pasquins, pelo menos que o diga seriamente. É certo que ás vezes se profereim como desabafos palavras semelhantes, quando se presenteciam os devarios d'algumas folhas. Mas este caso é diverso. Quando se apontam factos e indicam nomes, haveria ao menos a curiosidade de investigar á verdade. Temos a certeza, porem, de que ao sr. delegado não deixam de merecer consideração os ditos da imprensa.

Agora fazemos-nos cargo de responder á pergunta com que termina a correspondencia: — quem seria responsavel por qualquer excesso que o pacifico povo de Vagos pudesse commetter vendo desatendidas as suas queixas?

(1) Refiro-me ao beneficentissimo sr. Luiz Cypriano.

Quem? Primeiro a auctoridade que não prevenisse qualquer attentado; depois as pessoas influentes da localidade, o proprio correspondente, talvez, se por si ou pelos seus não encaminhassem as reclamações d'aquelle bom povo pelo unico caminho que tem a seguir — o da lei.

Bem vê o nosso correspondente e amigo, que lhe fallamos com franqueza, como lhe promettemos fazel-o, quando nos compromettemos a publicar a sua correspondencia.

Bartholomeu Dias. — Este vapor de guerra portuguez sahiu a barra de Lisboa levando a seu bordo S. A. a sr.^a infanta D. Isabel Maria, com direcção a Civitta Vecchia.

Alguns jornaes de Lisboa tem censurado o governo por consentir que um navio do estado fosse assim empregado em serviço d'uma pessoa particular, embora de eminente gradação. Acha-mos justa a censura, porque não basta a nossa marinha de guerra ser limitadissima, senão ainda os poucos vasos de que consta servirem unicamente para viagem de recreio.

Quanto irá gastar a corveta nesta digressão? Decerto deve ser uma avultada somma que o thesouro portuguez não está auctorizado a gastar inutilmente. Dizemos inutilmente porque nem S. A. precisava deste desperdicio da fazenda publica, nem a dignidade do paiz e da pessoa o reclamava, sendo costume muito usual viajarem os principes pertencentes as principaes casas da Europa, em navios particulares, afretados por conta do seu bolsinho.

E' para occorrer a estas despesas superfluas que o paiz faz sacrificios penosos, deixando de satisfazer a outras de maior necessidade. E' tambem em vista d'ellas que o contribuinte acha exorbitante a cifra do imposto que lhe pedem.

Sentimos que o governo dê lugar a estas justissimas queixas.

Partida. — Hontem partiu para Braga o nosso amigo o sr. José Maria Pacheco. S. s.^a em virtude das ordens superiores que recebeu marcha a reunir-se ao regimento n.º 6 d'infanteria do qual é cirurgião militar.

S. s.^a achava-se desde setembro empregado na commissão da inspecção dos recrutas neste districto, commissão que desempenhou com independencia e probidade.

Tumultos. — Dos differentes jornaes que hoje recebemos do norte e sul do reino, consta haver secego em todos os districtos do continente. As noticias de Braga e Guimarães são mais tranquillizadoras, não tornando a ser alterado o socego publico depois da manifestação pacifica do dia 23.

Existe porém alguma agitação no animo do povo, promovida por individuos que se não occultam e que andam quasi publicamente a promover a renovação das desordens. O caracter destes agitadores é hoje conhecido e os pasquins que em grande numero tem apparecido nas esquinas são assim concebidos:

Viva a Santa Religião!

Viva D. Miguel Primeiro!

Que nos salva a Nação!

Agora não é possível já illudir-nos. A reacção está desmascarada.

O *Commercio do Porto* acrescenta o seguinte:

«No sabbado á noite espalharam-se cartas circulares anonymas, convidando os operarios para se reunirem hontem no Campo Grande (Poço das Patas).

Alguns effectivamente lá appareceram, talvez levados pela curiosidade. A policia do bairro impediu o ajuntamento.

Correram boatos de que hontem ao meio dia haveria ajuntamento grande, o que determinou as auctoridades civil e militar a tomar medidas de precaução.

Nos quartéis estavam fortes piquetes promptos á primeira voz.

O boato não se confirmou, nem houve a mais leve alteração da ordem publica.

Ás 11 horas da manhã recebeu o sr. governador civil, na casa da sua residencia, os proprietarios das fabricas da freguezia de Cedofeita para ouvir o seu parecer acerca da representação dos officiaes e operarios fabricantes, e sobre outros assumptos correlativos.

Consta-nos que o resultado da reunião foi satisfactorio.

O *Bracarense* parece que está sendo no Minho o principal agitador da desordem e que está fazendo grandes tiragens espalhando em perfusão as suas folhas por diversos concelhos d'aquelle districto e do do Porto.

CORREIO

LISBOA 1 DE JUNHO

(Do nosso correspondente.)

Amigos.

A grande novidade, o grande acontecimento, o grande phenomeno, o grande milagre do dia, é a sahida das irmãs de caridade e dos padres lazaristas para França!

Agora cabe aqui perguntar a essa opposição colligada, a esses liberaes renegados, se era o partido historico, que coadjuvava o beaterio e o partido clerical, ou se era toda essa gente sem crenças, sem principios e sem doutrina politica a que especulava com as consciencias timoratas e com os sentimentos religiosos para conseguirem os seus profanissimos intuitos.

Depois da sahida do sr. Antonio José d'Avila do ministerio dos negocios estrangeiros, aonde estorvava toda e qualquer negociação com o gabinete das Tulherias, pelos seus principios retrogradados e anti-liberaes, e pela sua educação rude e intractavel; começou desde logo o seu successor a occupar-se seriamente de desembaraçar a ques-

tão das irmãs de caridade de quaesquer complicações diplomaticas, que porventura podessem obstar á sua definitiva resolução.

Effectivamente estabeleceu-se uma correspondencia directa entre o gabinete portuguez, e o governo do imperador dos francezes, sem mesmo ser ouvido, creio eu, o representante d'aquelle imperio nesta côrte; e o resultado desta negociação, habilmente dirigida, foi o mais satisfatorio e o mais honroso possivel para o nosso paiz, e para o partido liberal.

O governo francez entendeu-se com o geral dos lazaristas em Paris, e este ordenou a retirada de todas as irmãs de caridade e padres lazaristas, que estão em Portugal, ficando somente duas daquellas mulheres no hospital de S. Luiz dos francezes, se as ordens do governo portuguez a isso se não oppoessem.

Na quinta-feira chegou ao Tejo o transporte do governo, que ha de conduzir á França o destacamento do grande exercito do partido clerical, que veio accender a guerra contra a liberdade nesta boa terra inimiga dos hypocritas e dos despotas. Esperam-se aqui as irmãs de caridade que estão em Castello Branco e em Vianna do Castello, e logo que ellas cheguem partirão todas para França.

As irmãs portuguezas tambem partem, por que, tendo-se filiado no instituto sob a auctoridade do geral de Paris, não tem outro remedio senão obdecer ás suas ordens, visto que de seu *motu proprio* se fizeram *lima na mão do operario*.

A opposição, que desafiava o governo com inaudito escandalo e notavel contradicção dos seus principios, a que resolvesse a questão e posses fóra as irmãs de caridade, ficou desorientada vendo a questão resolvida tão inesperadamente e por um modo que tanto honra o governo.

O sr. Casal Ribeiro, esse ficou possessor, e está arriscadissimo a perder o juizo, como perdeu a memoria e a vergonha politica.

Esta creaturinha, em tudo pequena e infezada, tem praticado nestas ultimas sessões da camara taes escandalos e provocado scenas tão repugnantes, que os seus proprios correligionarios se tem retirado da sala para não ouvirem as delirantes declamações d'aquelle espirito enfermo.

O certo é que o ministerio ganhou immensa força com a resolução da tal questão *trambolho*, como muito bem lhe chamou o sr. José Estevão. A lei do ensino passou na especialidade por uma maioria de quarenta e tantos votos.

Os dissidentes estão perdidos para sempre. Nenhum partido liberal, com tradições honrosas os poderá admitir no seu gremio. São os judeus da politica, que caminharão errantes, sem patria e sem lei, trocando por ouro as falsas *bijouterias* do seu pobrissimo mercado.

No dia em que a irmãs de caridade e os padres lazaristas receberam a intimação do geral para partirem para França, as mulheres fidalgas, que sustentavam os asyls por *evangelica caridade*, pozeram na rua todas as creanças; mas o governo deu immediatamente as mais acertadas providencias, para que se não interrompesse um só dia a educação e sustentação das creanças; evitando assim as desagradaveis consequencias d'aquella *pirraça*, que tanto relevo dá aos sentimentos religiosos com que se praticava aquella *caridade á la mode*.

Eis a portaria do governo:

«Constando que a direcção do asylo dos Cardaes de Jesus, com o fundamento da proxima sahida deste reino das irmãs de caridade, se dirigiu aos protectores das creanças alli recolhidas, prevenindo-os de que o asylo vae « brevemente fechar-se; podendo acontecer que « outros estabelecimentos de identica natureza, « baseados no mesmo motivo, tomem uma resolução igual; e querendo sua magestade el-rei « que as creanças asyladas continuem a ter « toda a protecção não soffrendo o menor trans-torno no beneficio que recebem: manda o « mesmo augusto senhor, pela secretaria de estado dos negocios do reino, que o governador « civil de Lisboa, procedendo sobre estes factos « ás necessarias averiguações adopte as providencias, que julgar convenientes para occorrer ao desamparo a que poderiam ficar expostas as referidas creanças, em quanto o governo não resolver definitivamente com relação a tão importante assumpto. Paço d'Ajuda « 30 de maio de 1862. — Anselmo José Braamcamp.»

— As noticias do Minho dão completamente restabelecida a ordem naquella provincia.

Em Cintra e em Mafra houve talvez intenções de promover tumultos, mas graças ás medidas tomadas pelo governo, não chegou a manifestar-se a menor desordem.

— Na sexta-feira houve um concerto no real paço da Ajuda, dado por el-rei D. Luiz em obsequio a seu augusto pae em consequencia de ser o dia de S. Fernando.

Esteve uma numerosa e lusida concorrência, começando o concerto ás nove e meia da noite e acabando ás duas da madrugada.

Entre os professores que tomaram parte nesta *soirée* real, notavam-se o pianista Perrelli recém-chegado a esta capital, o sr. Mazoni filho e as sr.^{as} Lisboas.

SS. MM. receberam a todas as pessoas, que tiveram a honra de assistir ao concerto, com a franqueza e affabilidade, que tanto distingue os principes da actual dynastia.

— A subscrição promovida caridosa e patrioticamente em homenagem ao sr. José Estevão Coelho de Magalhães, já sobe a 92,800 rs. Os subscriptores são todos homens do povo.

— Os telegrammas recebidos de Madrid dão as seguintes noticias:

O general duque de Montebello está nomea-

do commandante em chefe do exercito de occupação em Roma. Lavalette ficará em Paris.

Corro o boato de que Lincoln rejeitará a proposta da emancipação dos escravos.

O principe Constantino da Russia foi nomeado vice rei da Polonia.

As forças francezas no Mexico acham-se entre Orizaba e Puebla.

Lincoln annullou a proclamação da emancipação dos escravos nos estados da Georgia e Florida da America do Norte.

Adeus

Vosso

F. O.



MOVIMENTO

DA BARRA

Aveiro 30 de Maio

Entradas

PORTO Hiate port. Deus Sobretudo, mestre J. S. Ré, 6 pessoas de tripolação, ferro á empresa Salamanea.
IDEM Rasca port. Santa Maria, mestre J. dos S. Caia-do, 9 pessoas de tripolação, ferro á empresa Salamanea.

Em 2 de Junho

PORTO Hiate port. Conceição feliz, mestre F. d'Oliveira, 6 pessoas de tripolação, ferro á empresa Salamanea.
IDEM Rasca port. Moreira, mestre, L. Henriques, 9 pessoas de tripolação, lastro.
MATTOZINHOS Cahique port. Parola do Vouga, mestre, M. Vicente, 7 pessoas de tripolação, lastro.
PORTO Bateira port. Olho Vivo, mestre D. d'Angelica, 4 pessoas de tripolação, ferro á empresa Salamanea.
VIGO Escuna inglesa, Wave capitão, J. Gaudin, 6 pessoas de tripolação lastro.

ANNUNCIOS

José Maria dos Santos Pacheco, cirurgião militar do regimento de infantaria 6, partindo repentinamente para o seu regimentc, pede desculpa de se não despedir dos seus amigos.

Pelo juizo de direito d'esta comarca d'Aveiro e cartorio do escrivão Moraes, correm editos de quinze dias a citar Manuel Marques Abbade, viuvo, da Costa de Vallade, para na segunda audiencia, findo o prazo dos mesmos editos, que é a de 16 do corrente mez de junho, fallar a artigos de habilitação na causa de divida movida por Manuel Thomaz Vieira, e outros, contra o fallecido José Marques Abbade, pela quantia de 46,5000 rs. com pena de revelia.

EDITAES

Germano Ernesto de Pinho, professor das cadeiras 1.^a e 2.^a, e reitor interino do lyceu nacional de Aveiro por S. M. F. que Deus guarde, etc.

Faço saber que em virtude do regulamento dos lyceus devem os requerimentos, para a admissão a exames das materias do lyceu, e bem assim para os d'instrução primaria nos seguintes mezes de junho e julho, dar entrada nesta secretaria até ao dia 10 de junho, e estes requerimentos serão assignados pela pessoa que requer o exame, e por seu pae, ou tutor, sendo menor; — e instruidos com certidão d'idade, com que os requerentes provem que tem 10 annos completos, (sendo dispensados da apresentação d'este documento os alumnos do lyceu) com certidões d'aprovação nos exames anteriores ao requerido, e recibo do pagamento da propina de matricula, cujas guias serão expedidas na secretaria todos os dias não sanctificados desde as 10 até ás 11 horas da manhã.

Que, como pode haver individuos que pretendam fazer mais do que um exame, e por isso não possam juntar ao requerimento d'um exame a certidão do antecedente, a estes é permitido o apresenta-la na secretaria depois de terem feito o ultimo exame. — Que finalmente esta ultima disposição pode ser extensiva á apresentação dos bilhetes do pagamento de matricula.

Secretaria do lyceu nacional d'Aveiro — 31 de maio de 1862 — Bernardo Xavier de Magalhães, secretario interino o escrevi.

Germano Ernesto de Pinho.

Pela Repartição de Fazenda do Districto d'Aveiro se faz publico, que no dia seis de Junho proximo futuro pelas 11 horas da manhã, e perante a mesma Repartição, se hade proceder á arrematação do rendimento dos direitos de portagem da ponte sobre o rio Vouga, entre Angeja e Cacia, pelo tempo de um anno, contado desde o primeiro de Julho seguinte até trinta de Junho de 1863, e sob as condições que estarão patentes no acto da praça, ficando dependente d'approvação do Governo o maior lanço que for offerecido para sua definitiva entrega, do qual se lavrará o competente auto assignado pelo licitante e seu fiador.

E para que chegue ao conhecimento de quem convier se publicou o presente annuncio, que tambem foi afixado nos logares convenientes e do costume.

Aveiro 17 de Maio de 1862.

O Delegado do Thesouro

Vicente Augusto d'Araujo Camizão

RESPONSAVEL:—M. C. da Silveira Pimentel

Typ. do Districto de Aveiro.